



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria
2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

Disciplina o n.º 1 do artigo 118.º do CPTA que juntas as oposições, o processo é concluso ao juiz, podendo haver lugar a produção de prova, quando este a considere necessária.

Os autos contêm todos os elementos necessários à boa decisão da causa, já que não existe matéria de facto alegada que seja verdadeiramente controvertida. Os factos alegados (expurgando tudo o que possam ser considerações meramente conclusivas e abstractas) ou se mostram provados por documentos não impugnados, ou pela ausência de impugnação ou resultam do próprio processado do procedimento administrativo ou destes autos judiciais. O que separa as partes são as conclusões que se devem extrair daqueles factos, conclusões essas que, obviamente, não estão sujeitas a prova pessoal.

Assim sendo, segue:

DECISÃO

I. Identificação das partes:

Requerente:

EVERYTHING IS NEW, LDA., com sede na Rua Pêro da Covilhã, n.º 36, em Lisboa, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, sob o número único de matrícula e de pessoa colectiva 507903480

Requerida:

AUTORIDADE DA CONCORRÊNCIA, com sede na Avenida de Berna, n.º 19, 1050-037 Lisboa (adiante, abreviadamente, AdC);



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria

2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

Contra-interessadas:

LIVE NATION ENTERTAINMENT INC., com sede na 9348 Civic Center Drive,
Beverly Hills, CA 90210, Califórnia, EUA (adiante, abreviadamente LNE);

RITMOS E BLUES PRODUÇÕES, LDA., com sede na Avenida 24 de Julho 52,
2.º Dto., 1200-868 Lisboa, matriculada com o número único de matrícula e de pessoa
colectiva 503211591 (adiante abreviadamente R&B); e

ARENA ATLÂNTICO - GESTÃO DE RECINTOS MULTIUSOS, S.A., com sede
no Parque das Nações, Rossio dos Olivais, Lote 2.13.01 A, 1990-231 Lisboa,
matriculada com o número único de matrícula e de pessoa colectiva 510346103
(doravante, abreviadamente, Arena)

II – Identificação do objecto do litígio:

A Requerente veio propor a presente providência cautelar de suspensão de
eficácia da Decisão da AdC de não oposição com condições e obrigações da AdC no
procedimento de controlo de concentrações Ccent. 17/2023, de 19 de Novembro de
2024, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 112.º do CPTA (Código de Processo
nos Tribunais Administrativos), ex vi do artigo 91.º do RJC (Regime Jurídico da
Concorrência).

Para tanto alegou, em síntese, que a decisão, cuja eficácia dos efeitos se
pretende ver suspensa, encontra-se viciada de ilegalidades, quer materiais, quer
formais, como sendo:

- violação do princípio da imparcialidade, do princípio da igualdade, do princípio
da boa-fé e do princípio da administração aberta ínsitos, respectivamente, nos artigos
6.º, 9.º, 10.º e 17.º do CPA (Código do Procedimento Administrativo);



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria

2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

- preterição reiterada ao longo do procedimento do direito à informação da Requerente, em violação do princípio da colaboração com os particulares consagrado no artigo 11.º do CPA e do direito à informação previsto nos artigos 82.º a 84.º do CPA, nomeadamente no acesso a informação constante do processo a que a Requerente tinha o direito de aceder mas cujo acesso lhe foi negado;

- erro grosseiro de análise por parte da AdC na avaliação da adequação e suficiência das condições e obrigações impostas à Notificante, o que afecta o pressuposto de direito em que assenta a decisão de não-oposição objecto da presente lide, gerando a sua invalidade à luz do artigo 53.º, n.º 1, al. a), do RJC;

- preterição do direito da Requerente à cabal participação na audiência de interessados através da ocultação de pressupostos essenciais à compreensão do projecto de decisão, em violação do artigo 121.º CPA;

- défice de instrução decorrente da omissão de análise de uma denúncia apresentada;

- falhas na fundamentação da decisão suspendenda, em violação do dever de fundamentação inscrito nos artigos 152.º e 153.º CPA.

Para além disso esgrime que pretende, com a presente providência, acautelar a criação de prejuízos de difícil reparação, a saber:

- por um lado, prejuízos económicos graves para a Requerente, enquanto promotora de eventos musicais de grande dimensão, cuja actividade depende do acesso à MEO Arena.

Nesta sede, defende a Requerente que o MEO Arena é a única oferta existente em Portugal para acomodar eventos musicais *indoor* de grande dimensão e dedicando-se a Requerente à promoção deste tipo de concertos, a sua actividade e



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria

2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

58 subsistência económica dependem da sua capacidade de aceder a este espaço,
59 sendo historicamente, o maior utilizador individual daquele pavilhão.

60 Receia a Requerente que a LNE dificulte ou inviabilize o seu acesso ao MEO
61 Arena, não disponibilizando a sala na data solicitada, ou aumentando o respectivo
62 preço, ou cobrando antecipadamente custos que não cobra a outros promotores (ou a
63 si mesma), ou oferecendo um “cachet” mais elevado (ou outras condições permitidas
64 pela sua gigantesca capacidade financeira) a um artista que a Requerente pretenda
65 contratar para um espectáculo a realizar no MEO Arena, o que ditará, de forma
66 irreparável, a inviabilização da actividade da Requerente no curto prazo.

67 Considera que tais efeitos de exclusão não são afastados pela implementação
68 e monitorização dos compromissos constantes da Decisão de não oposição porque
69 não consegue conhecer todos os compromissos ditados pela AdC, devido à sua
70 confidencialização; porque todos os compromissos têm natureza comportamental e
71 não estrutural, existindo notícia de violação reiterada de compromissos
72 comportamentais da LNE, que levaram o Departamento de Justiça dos EUA (DOJ) a
73 intentar uma primeira acção para reforçar o primeiro pacote de compromissos e uma
74 segunda acção para procurar reverter os efeitos da fusão com a Ticketmaster em
75 2010 que permitiu à LNE alcançar o nível de integração vertical que agora demonstra;
76 e porque existe um histórico de insuficiente fiscalização dos compromissos
77 comportamentais que haviam sido determinados no âmbito do procedimento Ccent.
78 38/2012.

79 - por outro, prejuízos económicos graves para os outros promotores que, à
80 semelhança da Requerente, são concorrentes da LNE e da Ritmos & Blues; e

81 - por último, prejuízos difusos para os consumidores que sofrerão com o
82 aumento dos preços na sequência da diminuição da capacidade concorrencial das
83 empresas não integradas verticalmente com a LNE.



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria

2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

84 A Requerente também esgrime que as consequências ditadas pela
85 racionalidade económica fazem com que uma sentença anulatória a ser proferida por
86 este Tribunal não seja susceptível reconstituir a situação actual hipotética, por
87 entender ser muito provável o desaparecimento do mercado da R&B e da Blueticket.

88 Finalmente, defende que, devidamente ponderados todos os interesses
89 públicos e privados em presença, nos termos do n.º 2 do artigo 120.º do CPTA, o
90 Tribunal deve concluir que os danos que resultariam da concessão da providência
91 cautelar se mostram inferiores àqueles que poderiam resultar da sua recusa, devendo,
92 por isso, a mesma ser concedida.

93 Quer a Requerida, quer as Contra-Interessadas foram devidamente citadas e
94 apresentaram oposição.

95 Nessa sede e em termos sucintos, defenderam que, uma vez que a operação
96 de concentração já se efectivou no dia 17.01.2025, a presente providência cautelar é
97 supervenientemente inútil e a Requerente não tem interesse em agir.

98 Consideram ainda que não se verificam os requisitos para o decretamento da
99 providência requerida, nomeadamente, a verificação do *periculum in mora*, a
100 verificação do requisito do *fumus bonus iuris* e a proporcionalidade da providência
101 perante o interesse público a acautelar.

102 À matéria de excepção, respondeu por escrito, a Requerente, por intermédio do
103 requerimento entrado em juízo em 13.05.2025.

104 Foi ainda dado cumprimento ao disposto no artigo 85.º do CPTA.

105 Mediante o requerimento entrado em juízo em 10.04.2025, ref.ª 93218, a AdC,
106 enquanto entidade administrativa que emitiu o acto cujos efeitos se pretendem ver
107 suspensos no procedimento cautelar, apresentou uma Resolução Fundamentada, nos
108 termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 128.º do CPTA.



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria

2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

Por intermédio do requerimento entrado em juízo em 26.05.2025, ref.ª 94130, a Requerente apresentou a sua pronúncia nestes autos, abrindo ainda incidente de declaração de ineficácia dos actos de execução indevida, juntando um parecer jurídico e documentos.

Foi proferida decisão datada de 06.06.2025, onde foi julgado totalmente improcedente o incidente de declaração de ineficácia dos actos de execução indevida apresentado pela Requerente, considerando-se inexistirem actos de execução do acto suspendendo indevidos.

III. Saneamento:

- Da inutilidade ou impossibilidade da lide:

Tanto a Requerida AdC, como as Contra-Interessadas LNE, R&B e Arena defendem que a presente providência cautelar é inútil, na medida em que a operação de concentração foi já implementada, em 17.01.2025 ⁽¹⁾, sendo que todos os efeitos da mesma se consumaram nesse momento; em coerência, constituíram-se, também nesse momento, obrigações correspondentes aos compromissos adoptados.

Entendem que nada do que a Providência Cautelar possa alcançar pode ser útil aos interesses que a Requerente alegadamente defende ou venha a defender.

Consideram que, em face do exposto, já não é possível suspender nem a concretização da operação de concentração nem os seus efeitos devendo, assim, ser extinta a presente instância, nos termos da alínea e) do artigo 277.º do CPC (Código de Processo Civil), aplicável ex vi artigo 1.º do CPTA.

¹ A AdC indicou esta data como sendo confidencial. Porém, as contra-interessadas vieram expô-la nos autos, sem qualquer cariz reservado, pelo que consideramos que o alegado cariz confidencial não faz sentido, na medida em que as titulares das informações não lhe reservam tal condição.



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria

2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

Devidamente notificada, a Requerente defendeu que, ao contrário do que a Requerida e as Contra-interessadas fazem crer, o que está verdadeiramente em causa é a suspensão da aquisição de controlo que decorre do acto suspendendo, bem como a suspensão da prática dos actos que materializam o exercício de controlo, por manifesta ilegalidade da Decisão da AdC que lhe subjaz.

Considera que a Decisão da AdC continua a produzir efeitos diariamente, de cada vez que a Contra-interessada LNE, ao seu abrigo, pratica um qualquer acto de controlo efectivo da Meo Arena. Pelo que a Decisão da AdC não esgotou os seus efeitos jurídicos.

Tal como é em virtude e por meio da autorização concedida pela AdC através do acto suspendendo que a Contra-interessada LNE beneficia, em cada dia que passa, da utilização do calendário da Arena para o agendamento e a realização de espectáculos por si própria promovidos, acolhendo os concertos e *tours* dos artistas por si agenciados e geridos.

Chama à colação que a própria AdC fixou um prazo (mínimo) de 10 anos de produção continuada de efeitos para a sua Decisão, pelo que inexistente qualquer inutilidade da lide, ainda que a operação de concentração já tenha sido implementada.

Com relevo para a solução da questão suscitada, tendo em vista os factos alegados pelas partes e não impugnados, bem como os documentos juntos nos autos, destes mesmos autos decorre o seguinte:

1. A EIN apresentou o presente procedimento cautelar, peticionando a suspensão do acto administrativo consubstanciado na “Decisão de não oposição com condições e obrigações” da AdC de 19.11.2024, no âmbito da operação de concentração identificada com a ref.^a Ccent. 17/2023 - LNE / R&B*Arena Atlântico;



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria

2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

2. A operação de concentração consistiu, em síntese, na aquisição pela LNE - empresa notificante da operação à AdC - de uma participação de controlo indirecto sobre a R&B, a Arena e respectivas subsidiárias;
3. Após a operação de concentração, a LNE adquiriria (i) o controlo exclusivo sobre a R&B e sobre a Arena (incluindo a MEO Arena) e (ii) o controlo conjunto sobre a Blueticket, subsidiária da Arena Atlântico, conjuntamente com a MEO Portugal;
4. A Decisão da AdC foi adoptada ao abrigo da alínea a), do n.º 1, do artigo 53.º do RJC, ou seja, a AdC não se opôs à operação, mas acompanhou este sentido decisório de condições e obrigações para a Notificante LNE a qual, para o efeito, apresentou “compromissos” de forma a evitar o potencial impacto anticoncorrencial decorrente da operação de concentração;
5. Os compromissos, de tipo comportamental (por contraposição a compromissos estruturais), segundo a AdC:
 - i. garantem o acesso de todos os promotores à MEO Arena com base em termos não discriminatórios;
 - ii. reduzem os preços base da MEO Arena em pelo menos 5%;
 - iii. aplicam um congelamento de preços e adoptam salvaguardas para garantir que os preços da MEO Arena permanecem não discriminatórios perante qualquer alteração hipotética futura;
 - iv. estabelecem um limite máximo de utilização da MEO Arena pela LNE e pela R&B;
 - v. simplificam a política de reservas da MEO Arena;
 - vi. aumentam as obrigações de reporte da Arena Atlântico para facilitar a fiscalização pelo mandatário de monitorização da obrigação de não esmagamento das margens;



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria

2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

vii. reforçam a liberdade de os promotores terceiros utilizarem a empresa de bilhética da sua preferência;

viii. introduzem procedimentos mais robustos para proteger a informação comercial sensível de promotores terceiros e operadores de ticketing terceiros;

ix. simplificam o mecanismo de reclamação;

x. propõem a nomeação de um novo mandatário de monitorização.

6. Em Portugal, a LNE encontra-se activa na promoção do festival “Rock in Rio Lisboa”;

7. A R&B encontra-se activa na promoção de eventos ao vivo em Portugal;

8. A Arena encontra-se activa na gestão e exploração da MEO Arena (antigo “Pavilhão Atlântico”, também referenciado como “Altice Arena”) em Lisboa, sendo também um dos accionistas de controlo da empresa Blueticket, activa na prestação de serviços de bilhética;

9. O outro accionista de controlo da Blueticket é a Altice Europe N.V. (“Altice”), através da sua subsidiária portuguesa MEO-Serviços de Comunicação e Multimédia, S.A. (“MEO Portugal”);

10. A Requerente EIN é um promotor de espectáculos e eventos, concorrente dos accionistas da Arena Atlântida - a Música no Coração, detida por Luís Montez e a R&B -, para além de ser também o principal cliente do Pavilhão Atlântico;

11. Antes dos compromissos indicados *supra*, vigoravam os Compromissos de 2012, em vigor desde Março de 2013 (“Compromissos de 2012”) aprovados na decisão da AdC, também de não oposição com condições e obrigações, que apreciou a operação de concentração referenciada como Ccent. 38/2012-Arena Atlântida/Pavilhão Atlântico*Atlântico S.A. (aquisição projectada pela Arena do controlo exclusivo do Pavilhão Atlântico e da Atlântico);



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria

2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

209 **12.**A operação de concentração em causa nestes autos já foi implementada em
210 17 de Janeiro de 2025.

211 Analizando.

212 A Requerida e as Contra-interessadas invocam que o acto cuja suspensão a
213 Requerente requer não pode ser suspenso, porque já se encontra executado, não
214 subsistindo qualquer utilidade no prosseguimento da providência.

215 Recordamos que, como observado, está em causa a suspensão de eficácia da
216 decisão da AdC que autorizou a operação de concentração com a imposição de
217 compromissos, sendo que a operação de concentração se efectivou em 17.01.2025 e
218 os compromissos assumidos já estão a ser executados.

219 Ora, nos termos do 129.º do CPTA *“a execução de um acto não obsta à*
220 *suspensão da sua eficácia quando desta possa advir, para o requerente ou para os*
221 *interesses que este defenda ou venha a defender, no processo principal, utilidade*
222 *relevante no que toca aos efeitos que o acto ainda produza ou venha a produzir”.*

223 Segundo anotou o acórdão do Supremo Tribunal Administrativo de 08.04.2021,
224 processo n.º 03317/19.7BEPRT, in www.dgsi.pt, *“nos termos do art. 129º do CPTA, a*
225 *suspensão da eficácia do acto já executado só se justifica ou possui utilidade se e na*
226 *medida em que a mesma constituir meio idóneo/adequado para dar resposta às*
227 *situações em que a execução do acto não tenha consumado inteiramente a lesão,*
228 *valendo, nessa medida, para as situações em que, sendo o acto de execução*
229 *continuada e subsistindo o risco da produção de novos danos ou do agravamento de*
230 *danos já produzidos, ainda seja possível impedir a prossecução da execução,*
231 *evitando a repetição ou a persistência de situações lesivas, para o efeito de*
232 *reconstituir a situação precedente, de modo a fazer cessar a produção desses danos.”*

233 E acrescenta ainda o seguinte: *“a suspensão da eficácia do acto já executado só*
234 *se justifica ou possui utilidade se e na medida em que a mesma constituir meio*



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria

2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

idóneo/adequado para dar resposta às situações em que a execução do acto não tenha consumado inteiramente a lesão, valendo, nessa medida, para as situações em que, sendo o acto de execução continuada e subsistindo o risco da produção de novos danos ou do agravamento de danos já produzidos, ainda fosse permitido lograr impedir a prossecução da execução, evitando a repetição ou a persistência de situações lesivas, para o efeito de reconstituir a situação precedente, de modo a fazer cessar a produção desses danos.”

Com efeito, a suspensão de um acto já executado não se justifica se todos os efeitos danosos do acto já se tiverem consumado e as consequências da execução realizada forem materialmente irreversíveis, pois, nesse caso, a pronúncia judicial não tem a utilidade de impedir, nem a produção futura de efeitos nocivos, nem a manutenção da situação lesiva - neste sentido, *vide* “Comentário ao CPTA”, Mário Aroso de Almeida e Carlos Cadilha - 2.ª edição, pág. 754.

Porém e salvo melhor entendimento, consideramos que não é o caso dos presentes autos, pois o acto suspendendo continua a produzir efeitos, na medida em que a operação de concentração, ainda que com compromissos assumidos, na perspectiva da Requerente e de acordo como esta configura a acção, impede uma concorrência efectiva, lesão essa que se prolonga no tempo e causa prejuízos na sua esfera jurídica.

Assim, é útil o prosseguimento da presente lide para eventual cessação da continuação da execução do acto, sendo possível impedir que o acto produza efeitos que ainda não se produziram, mas já não, também é certo, a eliminação dos efeitos já produzidos (*vide*, acórdão do TCAS, de 30.04.2020, processo n.º 576/19.9BELSB, in www.dgsi.pt).

Com efeito, se se suspender os efeitos futuros do acto, tal poderia redundar na suspensão dos efeitos da concentração, à semelhança do que sucede com as



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria

2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

medidas a que alude o artigo 40.º do RJC, com suspensão também dos efeitos decorrentes dos compromissos impostos na decisão suspendenda.

Outro entendimento, implicaria que uma vez aprovada uma operação de concentração pela AdC e rapidamente implementada que fosse, uma interessada nunca poderia reagir contra aquele acto administrativo da AdC, através da providência cautelar de suspensão da eficácia de acto administrativo, ainda que desse acto se manifestassem, de forma continuada na ordem jurídica, efeitos que podem lesá-la, o que não é, salvo melhor entendimento, o qual respeitamos, admissível, sem prejuízo, obviamente, do deferimento de um pedido cautelar de suspensão de eficácia se encontrar, também, dependente do preenchimento dos requisitos exigidos no artigo 120.º do CPTA, que serão melhor analisados *infra*. Porém, tais requisitos têm que ver com o mérito da providência e não com a sua utilidade processual, segundo a configuração que lhe foi dada pela Requerente.

Nestes termos, consideramos ser de julgar improcedente a excepção dilatória de inutilidade da lide.

*

- Da falta de interesse em agir da Requerente:

As Contra-interessadas, com os mesmos argumentos expendidos anteriormente, também defendem que a Requerente tem falta de interesse em agir, ao que se rebela esta última, esgrimindo também os argumentos anteriormente sumariados.

“O interesse em agir é uma figura doutrinal e jurisprudencial, que detém, exclusivamente, «quem tiver necessidade deste meio de impugnação para defender um seu direito» ([...]), ou seja, quem careça «de usar este meio para reagir contra uma decisão que comporte uma desvantagem para os interesses que defende, ou que frustre uma sua expectativa ou interesse legítimos» ([...]).



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria

2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

286 *“Tal significa que não pode recorrer quem não tem qualquer interesse*
287 *juridicamente protegido na correcção da decisão. Nas palavras do último dos referidos*
288 *arestos: «A definição do concreto interesse em agir supõe, pois, que se identifique*
289 *qual o interesse que a assistente pretende realizar no processo, e especificamente em*
290 *cada fase do processo».*

291 *“O interesse em agir em face do presente recurso há de aferir-se pois, perante*
292 *a resposta dada à questão de saber se a revogação das decisões em recurso acarreta*
293 *alguma utilidade substantiva ou processual ao recorrente.” - vide acórdão da Relação*
294 *de Lisboa de 11.12.2020, processo n.º 210/20.4TELSB-J.L1-3*

295 Importa, assim, questionar qual o efectivo e concreto interesse da Requerente
296 na prolação de uma decisão cautelar de suspensão da eficácia da decisão da AdC de
297 não oposição da operação de concentração, ainda que com compromissos.

298 Salvo o devido respeito por melhor entendimento, tendo em vista que o
299 interesse em agir deve ser aferido, objectivamente, pela posição alegada pela
300 Requerente em sede do requerimento inicial, consideramos que, independentemente
301 da bondade da sua pretensão, esta demonstrou a necessidade do recurso a juízo
302 como forma de defender um direito seu, lesado, na sua perspectiva, pela decisão da
303 AdC. Na verdade, pela presente providência, a Requerente pretende suspender os
304 efeitos de uma decisão com reflexos num mercado em que opera e que, tal como a
305 acção é configurada por si, tem o condão de desvirtuar a concorrência efectiva.

306 Nesta medida, consideramos ser de julgar também aqui improcedente a
307 excepção dilatória de falta de interesse em agir da Requerente.

308 *



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria

2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

**- Da Falta de legitimidade da Requerente para invocar prejuízos para empresas
terceiras e para consumidores:**

As Contra-interessadas defendem igualmente que a Requerente carece de legitimidade para invocar prejuízos quer para empresas terceiras, quer para consumidores, decorrentes da decisão suspendenda. A Requerente refuta, considerando que não lhes assiste razão.

A legitimidade processual é um pressuposto processual que se reporta à relação de interesse das partes com o objecto da acção e que, a verificar-se, conduz à absolvição da instância. Para apurar se determinada parte é processualmente legítima, importa apenas ter em conta o concreto pedido e a respectiva causa de pedir, obviamente sem tal estar dependente da prova de factos e do mérito da causa.

A legitimidade processual afere-se pela titularidade da relação material controvertida tal como é configurada pelo autor, no requerimento inicial e é nestes termos que tem de ser apreciada.

Já em contraposição, a legitimidade substantiva respeita à efectividade da relação material, tendo que ver com o próprio mérito da causa, sendo requisito da procedência do pedido, o que implica que a sua verificação desemboque na absolvição do próprio pedido.

A presente providência cautelar de suspensão de eficácia da Decisão da AdC de não oposição com condições e obrigações no procedimento de controlo de concentrações Ccent. 17/2023, de 19 de Novembro de 2024 está sujeita ao regime que decorre dos artigos 112.º e ss. do CPTA, onde se inclui o normativo legal que deriva do n.º 2 do artigo 120.º do CPTA, que determina que nas situações previstas no n.º 1 do mesmo artigo, a adopção da providência ou das providências é recusada quando, devidamente ponderados os interesses públicos e privados em presença, os danos que resultariam da sua concessão se mostrem superiores àqueles que podem



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria

2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

335 resultar da sua recusa, sem que possam ser evitados ou atenuados pela adopção de
336 outras providências.

337 Ora, a interpretação que o tribunal faz da alusão pela Requerente a prejuízos
338 para terceiros (empresas e consumidores) decorrente da decisão suspendenda é no
339 sentido da parte pretender afastar a aplicação deste n.º 2 do artigo 120.º do CPTA,
340 informando que não existe interesse público que justifique a manutenção da decisão
341 visada porque o mercado irá ser prejudicado com a mesma.

342 Assim sendo e nesta medida, configurada nos termos como a Requerente a
343 configura, apelando aos factos e à causa de pedir e pedido, consideramos que não
344 subsistem dúvidas de que a Requerente é parte processualmente legítima, porquanto
345 o seu interesse em invocar o que invocou se exprime inequivocamente por força da
346 procedência dos argumentos em causa que, na sua perspectiva, afastarão a aplicação
347 do n.º 2 do artigo 120.º do CPTA.

348 Já apurar se o direito invocado existe é questão que está relacionada com o
349 mérito da causa e não com a legitimidade processual.

350 Todavia, não deixamos aqui de referir que, não fosse a *supra* citada
351 interpretação que realizamos do requerimento inicial, assistiria razão às Contra-
352 Interessadas no sentido de faltar legitimidade à Requerente para, mediante esta
353 providencia cautelar, obstar a danos a terceiros e por isso, quando analisamos o
354 critério do *periculum in mora* não nos debruçamos sobre os eventuais prejuízos
355 decorrentes da decisão suspendenda para terceiros, limitando-nos aos prejuízos para
356 a própria Requerente.

357 Apenas se entendermos que se mostra verificado o n.º 1 do artigo 120.º do
358 CPTA é que apreciaremos o critério negativo do n.º 2 do mesmo artigo e, nessa sede,
359 aí sim, será adequado ponderar eventuais prejuízos para terceiros.



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria

2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

Pelos motivos expostos, consideramos ser de julgar também aqui improcedente a excepção dilatória de falta legitimidade parcial da Requerente.

*

Não existem outras questões prévias, nulidades ou excepções dilatórias de que cumpra conhecer.

IV – Fixação das questões que ao tribunal cumpre solucionar:

Da verificação dos requisitos de facto e de direito para a procedência da providência cautelar requerida.

V – Fundamentos:

A - De facto:

Mostram-se perfunctoriamente assentes os seguintes factos com relevo para a boa decisão da causa:

1. No dia **19.02.2025**, a Requerente intentou junto deste Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão (TCRS) acção administrativa especial de impugnação de acto administrativo, tendo incorporado na sua Petição inicial um pedido de decretamento de medidas provisórias visando a suspensão dos efeitos da Decisão então impugnada;
2. No dia **05.03.2025** foi a Requerente notificada do Despacho Liminar com o seguinte conteúdo: *“A presente acção administrativa é intentada nos termos da b) do n.º 1 do artigo 114.º do CPTA, ou seja, foi requerida*



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria

2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

uma providência cautelar juntamente com a petição inicial do processo principal. (...). Nesta medida, ao abrigo das disposições conjugadas do n.º 2 do artigo 6.º, n.º 3 do artigo 278.º, artigo 547.º e alínea a) do n.º 2 e n.º 3 do artigo 590.º CPC, convido a Autora a vir apresentar um novo articulado por respeito exclusivamente à causa principal e um requerimento autónomo por respeito à providência cautelar requerida, o qual, deverá ser posteriormente registado e autuado, por apenso à causa principal, como providência cautelar.”

3. Nessa sequência, em **14.03.2025**, a Requerente veio apresentar requerimento autónomo, a processar por apenso, àquela acção administrativa, onde requereu a suspensão da eficácia da decisão da AdC de não oposição com condições e obrigações proferida no processo de controlo de concentrações Ccent. 17/2023, de 19 de Novembro de 2024 (doravante, Decisão, Decisão da AdC ou Decisão suspendenda), cuja versão não confidencial se encontra junta ao requerimento inicial como **documento n.º 1** e aqui se considera integralmente reproduzida;
4. A LNE é a líder global em entretenimento ao vivo;
5. Em termos operacionais, a LNE organiza por ano mais de 40.000 espectáculos, mais de 100 festivais e vende mais de 500 milhões de bilhetes, contando com mais de 44.000 colaboradores espalhados pelo mundo;
6. Como Líder Global em Shows Ao Vivo, as equipas da LNE produzem mais *shows*, vendem mais ingressos e conectam mais marcas à música do que qualquer outra pessoa no mundo, sendo a maior produtora mundial de entretenimento ao vivo;
7. É também líder mundial em ingressos, ajudando artistas, casas de *shows*, festivais, grandes ligas desportivas, grupos de teatro e muito mais a levar milhões de bilhetes aos fãs;
8. Está cotada na bolsa de Nova Iorque e com um volume de



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria

2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

negócios de 22 mil milhões de dólares em 2023;

9. A LNE está sedeadada nos Estados Unidos da América e é a empresa mãe do Grupo Live Nation Entertainment;
10. Fora de Portugal, a LNE encontra-se activa em vários níveis da cadeia de valor dos eventos ao vivo, através da promoção de eventos ao vivo, propriedade e exploração dos espaços de entretenimento ao vivo, fornecimento de serviços de bilhética ou *ticketing* e fornecimento de serviços de agenciamento de artistas;
11. Em Portugal, a LNE encontra-se activa na promoção do festival *“Rock in Rio Lisboa”*;
12. Em **19 de Abril de 2023**, a LNE notificou à AdC uma operação no âmbito do procedimento de controlo de concentração Ccent. 17/2023, operação essa que consistiu, em síntese, na aquisição pela LNE de uma participação de controlo indirecto sobre a Ritmos & Blues Produções, Lda. (“R&B”), a Arena Atlântico - Gestão de Recintos Multiusos, S.A. (“Arena”) e respectivas subsidiárias (doravante, apenas “operação de concentração”);
13. Assim, após a operação de concentração, a LNE adquiriria (i) o controlo exclusivo sobre a R&B e sobre a Arena (**incluindo a MEO Arena**) e (ii) o controlo conjunto sobre a Blueticket, subsidiária da Arena, conjuntamente com a MEO Portugal;
14. A R&B encontra-se activa na promoção de eventos ao vivo em Portugal;
15. A Arena encontra-se activa na gestão e exploração da MEO Arena (antigo “Pavilhão Atlântico”, também referenciado como “Altice Arena”) em Lisboa, sendo também um dos accionistas de controlo da empresa Blueticket, activa na prestação de serviços de bilhética;
16. O outro accionista de controlo da Blueticket é a Altice Europe N.V. (“Altice”), através da sua subsidiária portuguesa MEO-Serviços de



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria

2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

Comunicação e Multimédia, S.A. ("MEO Portugal");

17. A EIN (Requerente da Providência Cautelar) é um promotor de espectáculos e eventos, concorrente dos accionistas da Arena Atlântida - a Música no Coração, detida por Luís Montez e a R&B - , para além de ser também o principal cliente da MEO Arena (ou antigo Pavilhão Atlântico);
18. A MEO Arena é uma estrutura única e irreplicável em Portugal, quer pela sua lotação para 20.000 pessoas, muito acima de qualquer outra sala no país, quer por ser dotada de elementos de grande sofisticação técnica que permitem o alojamento de eventos de grande audiência, que outras salas não permitem;
19. A necessidade de construção desta infra-estrutura prendeu-se com a constatação de que não existia em Lisboa (nem no resto de país) uma sala polivalente para acolher espectáculos, congressos e acontecimentos de uma maior dimensão;
20. Antes da construção da infra-estrutura, Portugal ficava de fora dos campeonatos de desporto *indoor* e era difícil realizar grandes concertos nas estações frias e chuvosas;
21. A própria existência de uma sala adjacente com capacidade para 4.000 pessoas - que por si só poderia não ser decisiva para quem pretenda a realização de espectáculos de grande dimensão - tornam a MEO Arena mais completa e versátil, pois esta pode ser utilizada de forma meramente instrumental em relação à sala principal e ao evento que nesta se realize;
22. A MEO Arena constituirá a única oferta existente em Portugal, no mercado da exploração de espaços *indoor* para espectáculos e eventos de grande dimensão, de âmbito nacional;
23. A EIN constituiu-se como contra-interessada no procedimento administrativo de controlo de concentração acima aludido (Ccent. 17/2023), nos termos e para os efeitos do artigo 47.º do RJC,



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria

2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

sendo a única contra-interessada formal;

24. A AdC ouviu outras empresas, nomeadamente em sede de teste de mercado, sem que estas se tenham constituído como contra-interessadas (formais) no procedimento em causa;

25. Em **18 de Outubro de 2023**, a AdC decidiu dar início a uma **investigação aprofundada** por considerar que, perante os elementos recolhidos, não se podia excluir que a operação de concentração resultasse em entraves significativos à concorrência efectiva no mercado nacional ou numa parte substancial deste, resultantes de restrições, totais ou parciais, no acesso à MEO Arena por concorrentes no mercado de promoção de eventos ao vivo e no mercado de serviços de bilhética;

26. Ao nível horizontal, a AdC identificou a possibilidade de existir um reforço da quota de mercado da Blueticket: *“Por via da presente operação de concentração, não se exclui que a LNE tenha incentivo em transferir a operação de bilhética para a Blueticket, sobre a qual terá controlo conjunto, ou directamente para a Ticketmaster, caso a mesma passe a operar directamente em Portugal, dado a LNE ser parte da estrutura de controlo de ambas as entidades. Assim, em sede de investigação aprofundada, aprofundar-se-á a análise do risco de a operação conferir à Blueticket a possibilidade de reforço da respectiva quota de mercado e, por essa via, a eventual possibilidade de reforçar o respectivo poder de mercado ao ponto de, consequentemente, poder cobrar comissões de serviço superiores aos valores que resultariam de um mercado concorrencial.”*;

27. Já ao nível vertical, a Requerida identificou a possibilidade da LNE encerrar o acesso à MEO Arena, por parte dos seus concorrentes promotores: *“Em suma, não se exclui, na presente fase do procedimento, que a LNE tenha incentivos a operar a*



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria

2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

Altice Arena em benefício próprio e, não obstante os compromissos em vigor, poder adoptar estratégias de encerramento do mercado, designadamente ao nível do acesso de promotores concorrentes à utilização da Altice Arena”;

28. Adicionalmente, identificou ainda a existência de um incentivo para a LNE integrar verticalmente a promoção de espectáculos e a promoção de *tours* internacionais onde esteja envolvida a nível mundial: “*A Notificante tem incentivos claros em integrar verticalmente a sua actividade de promoção em Portugal com a promoção de tours internacionais e, por essa via, aumentar a utilização da Altice Arena para proveito próprio, sendo esse um dos racionais da operação de concentração que apresentou à AdC. Esse aumento de utilização pode ocorrer, potencialmente, em detrimento da utilização por terceiros concorrentes da Notificante, sendo de notar que a Altice Arena é utilizada tanto para eventos públicos como concertos, e que a gestão da política de reservas e as suas garantias quanto à não discriminação dependem de factores como a não utilização de informação sensível de concorrentes e a aplicação de critérios de não discriminação perante pedidos concorrentes para uma mesma data.*”;

29. A **7 de Dezembro de 2023** e, posteriormente, a **23 de Janeiro de 2024**, numa versão revista, a LNE apresentou à AdC uma Proposta de Compromissos, em substituição dos compromissos em vigor desde Março de 2013 (“**Compromissos de 2012**”) aprovados na decisão da AdC, também de não oposição com condições e obrigações, que apreciou a operação de concentração referenciada como **Ccent. 38/2012-Arena Atlântida/Pavilhão Atlântico*Atlântico S.A.** (aquisição projectada pela Arena do controlo exclusivo do Pavilhão Atlântico e da



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria

2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

Atlântico);

30. Os problemas jusconcorrenciais que determinaram a abertura da fase de investigação prolongada são similares aos identificados no âmbito da avaliação feita em 2012 pela AdC a propósito da operação de concentração referenciada como Ccent. 38/2012;
31. As propostas da LNE acima mencionadas (de 7 de Dezembro de 2023 e 23 de Janeiro de 2024) foram rejeitadas pela AdC por ter considerado que não acautelavam os riscos jus-concorrenciais identificados;
32. Mediante carta datada de **08.02.2024**, subscrita pelo CEO da LNE, esta solicitou o agendamento de uma reunião com a AdC;
33. Essa carta foi junta ao procedimento administrativo;
34. Não foi notificada à aqui Requerente nem lhe foi notificada a data da realização da mesma reunião;
35. A reunião foi realizada no dia **27 de Fevereiro de 2024**;
36. Não foi elaborada acta da mesma;
37. A Requerente teve conhecimento da realização da dita reunião após ter solicitado que lhe fosse facultada cópia integral do processo administrativo, onde se confrontou com a mencionada carta de 08.02.2024;
38. Mediante mensagem de correio electrónica enviada em **10 de Abril de 2024**, a aqui Requerente solicitou o envio da acta da reunião;
39. Em resposta a esta solicitação, veio a AdC informar a Requerente de que confirmava a realização da referida reunião, mas que não teria sido elaborada qualquer acta;
40. Nessa sequência, a Requerente solicitou, mediante mensagem com data de 10 de Abril de 2024, que fosse informada da lista de presenças da mesma, nomeadamente quais os membros do Conselho de Administração da AdC e demais colaboradores que



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria

2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

havam estado presentes na referida reunião;

41. Em resposta a esta solicitação, na mesma data, a AdC informou que estiveram presentes, do lado da AdC, o Presidente e Vogais do respectivo Conselho de Administração, bem como a Direcção do Departamento de Controlo de Concentrações e, do lado da LNE, “vários elementos” e os “respectivos advogados”;

42. Em resposta, a Requerente solicitou informação sobre a data em que a referida reunião teria tido lugar, tendo a AdC informado que a referida reunião tinha ocorrido no dia 27 de Fevereiro de 2024;

43. Na sequência desta resposta, veio a Requerente a solicitar, por correio electrónico de **11 de Abril de 2024**, informação sobre:

i) o nome e cargo de cada uma das pessoas da comitiva da LNE que haviam participado na reunião, incluindo os respectivos advogados;

ii) agenda da reunião;

iii) hora de início e fim da reunião;

iv) razão pela qual não tinha sido elaborada qualquer ata da reunião e, nessa medida, não constante do processo administrativo; e

v) cópia não confidencial da apresentação realizada na reunião, bem como de quaisquer outros documentos que tivessem sido exibidos, distribuídos ou partilhados.

44. Em 6 de Maio de 2024, a AdC respondeu mediante email, informando do seguinte:

“(...) Em resposta ao requerimento apresentado, enviamos a



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria

2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

587 *informação solicitada relativa à reunião que teve lugar*

588 *nas instalações da AdC no passado dia 27 de fevereiro entre o CA*

589 *AdC e representantes da LN:*

590 *a) nome e cargo de cada uma das pessoas da AdC e da comitiva*

591 *da LNE que participou na reunião, incluindo advogados:*

592

593

594

595

596

597

598

599

600

601

602

603

604

605



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria

2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

606



607

b) agenda da reunião:

608

a. falar sobre a transação e sobre a Proposta de Pacote de Compromissos apresentada;

609

610

b. perceber as preocupações da AdC.

611

c) hora de começo e fim da reunião: 11h (hora de início) 12h30

612

(hora de fim)

613

d) cópia de versão não-confidencial da apresentação que foi efetuada durante a reunião e de qualquer outro documento que tenha sido disponibilizado:

614

615

616

a. não foi feita qualquer apresentação nem disponibilizado qualquer documento para junção aos autos.

617

618

e) razão pela qual não foi elaborada uma ata da reunião e a mesma não consta do processo:

619

620

a. o que a Live Nation pretendeu com este encontro foi o de promover o contacto direto do Presidente da Live Nation com a AdC com o intuito de apresentar o rationale da transação, melhor perceber as preocupações da AdC e disponibilizar-se para a revisão dos compromissos necessária para viabilizar a operação. (...)"

621

622

623

624

625

626

45. O Presidente e com os Vogais do Conselho de Administração da AdC também assinaram a decisão supendenda;

627

628

46. A Requerente nunca solicitou à AdC a realização de uma reunião



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria

2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

presencial, com a participação do Presidente e Vogais do respectivo Conselho de Administração, bem como da Direcção do Departamento de Controlo de Concentrações e uma reunião desse nível também não foi promovida pela AdC;

47. A AdC realizou 4 reuniões com a EIN, neste procedimento administrativo, a pedido desta última, a saber: em 13 de Julho de 2023, 8 de Setembro de 2023, 20 de Novembro de 2023 (com a presença dos consultores económicos da EIN) e 8 de Fevereiro de 2024, das quais não existem actas, nem a sua elaboração foi pedida pela aqui Requerente;

48. A Versão Não Confidencial da notificação apresentada pela LNE e por esta apresentada junto da AdC apresentava documentos com trechos truncados, sendo que os anexos 5 a 14, 16 a 20 e 22 a 29 do Formulário de Notificação, encontram-se com as características que resultam de fls. 3019 e seguintes da cópia do processo administrativo, que aqui se dão por integralmente reproduzidas, sendo que a versão não confidencial do texto dos compromissos assumidos pela LNE que é conhecida da Requerente não indica, em concreto, o limite de utilização da MEO Arena pela LNE e R&B, apenas sabendo, porque tal é referido na decisão suspendenda, que o limite é consideravelmente inferior aos 104 dias de sexta-feira e sábados num ano (se se considerassem vésperas de dias feriados o número seria superior a 104);

49. A Requerente requereu à AdC o acesso a versões não-confidenciais dos documentos que, segundo ela, permitissem o mínimo de inteligibilidade e que lhe facultassem o acesso à informação relevante, mediante os requerimentos de 09.05.2023, 23.05.2023, 04.06.2023, 30.06.2023, 28.06.2024 e 25.10.2024;

50. Por comunicação de 30 de Maio de 2023, em resposta ao



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria

2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

requerimento apresentado no procedimento administrativo pela EIN, foi a esta concedida cópia da nova versão não confidencial apresentada pela Notificante, bem como dos anexos desclassificados como confidenciais (anexos 5-6, 8-10, 16-17) e dos anexos relativamente aos quais foram apresentadas versões revistas (anexos 22-29), conforme consta de fls. 3333-3366 e que aqui se dão por integralmente reproduzidas;

51. Em 19 de Junho de 2024, a LNE propôs Novos Compromissos à AdC;

52. Os Novos Compromissos, à semelhança dos Compromissos de 2012, incorporam medidas substanciais (comportamentais), a que correspondem a obrigação de determinados comportamentos;

53. Após a análise dos Novos Compromissos propostos pela Notificante, a AdC concluiu que esta nova proposta de compromissos se afigurava adequada, suficiente, proporcional e exequível para obviar às potenciais preocupações jus-concorrenciais suscitadas pela operação tal como notificada;

54. Atento o sentido da Decisão, a AdC promoveu a Audiência Prévia, tendo sido comunicado, à Notificante e à Contra-interessada, o Projecto de Decisão da AdC em 3 de Setembro de 2024, tendo as mesmas apresentado as suas Observações a 17 de Setembro de 2024 mas não tendo as observações apresentadas determinado a alteração do sentido proposto no Projecto de Decisão da AdC;

55. Em resposta ao requerimento apresentado no processo administrativo pela EIN, foi a esta concedida cópia da nova versão não confidencial da Proposta de Compromissos apresentada pela Notificante, para conhecimento e apreciação pela Requerente, tendo a AdC concedido um prazo adicional de 3 (três) dias úteis, face ao prazo inicialmente concedido, para efeitos de pronúncia pela EIN, sobre os Compromissos propostos



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria

2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

pela LNE, conforme consta de fls. 12117-12181; 12792-12793 e que aqui se consideram reproduzidas;

56. A EIN, na qualidade de contra-interessada no presente procedimento, submeteu observações em três momentos distintos - no primeiro, com observações a título preliminar; no segundo, com observações mais compreensivas; e no terceiro, com observações dedicadas à eficácia dos compromissos adoptados na sequência da concentração Ccent. 38/2012, pronunciando-se quanto aos dois testes de mercado efectuados;

57. Durante o procedimento administrativo, a EIN solicitou, por várias vezes, o acesso ao processo e o envio de cópias, os quais foram deferidos, acessos esses que se encontram documentados nas seguintes fls. do processo que se dão por reproduzidas: fls. 3034-3041 (28.04.2023); 3053-3054 (09.05.2023); 3333-3365 (30.05.2023); 3365-3366 (30.05.2023); 3636-3641(09.06.2023); 3816-3826 (20.06.2023); 3869-3880 (20.06.2023); 4020-4023 (23.06.2023); 4078 (23.06.2023); 4079-4081(26.06.2023); 4346-4347+4351-4352 (17.07.2023); 4411+4413-4414+4416-4417+4419 (18.07.2023); 4433 (18.07.2023); 4456 (18.07.2023); 5820 (25.07.2023); 5866 (27.07.2023); 5956-5957 (11.08.2023); 6024 (14.08.2023); 6055-6056 (21.08.2023); 6084 (07.09.2023); 6092 (08.09.2023); 7150-7152 (16.11.2023); 7825-7826 (22.12.2023); 8778-8781 (17.01.2024); 10129-10135 (14.02.2024); 11085-11093 (03.06.2024); 16301-16313 (13.11.2024); 16337-16361 (14-15.11.2024);

58. Em 19 de Novembro de 2024, a AdC emitiu a Decisão suspendenda de não oposição, nos termos da alínea a), do n.º 1 e n.º 3 do artigo 53.º da Lei da Concorrência, acompanhada da imposição das condições e obrigações, destinadas a garantir o cumprimento do conjunto de compromissos assumidos pela LNE,



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria

2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

uma vez que considerou que a operação de concentração notificada, com as alterações introduzidas pelos compromissos propostos, não é susceptível de criar entraves significativos à concorrência efectiva no mercado nacional ou numa parte substancial do mesmo;

59. As obrigações e compromissos assumidos estão descritos na Decisão suspendenda, acima considerada reproduzida, sendo que, na perspectiva da AdC, os mesmos visaram melhorar os Compromissos de 2012 no propósito de evitar o potencial impacto anticoncorrencial da operação de concentração e:

i. garantem o acesso de todos os promotores à MEO Arena com base em termos não discriminatórios;

ii. reduzem os preços base da MEO Arena em pelo menos 5%;

iii. apliquem um congelamento de preços e adoptam salvaguardas para garantir que os preços da MEO Arena permanecem não discriminatórios perante qualquer alteração hipotética futura;

iv. estabelecem um limite máximo de utilização da MEO Arena pela LNE e pela R&B;

v. simplificam a política de reservas da MEO Arena;

vi. aumentam as obrigações de reporte da Arena Atlântico para facilitar a fiscalização pelo mandatário de monitorização da obrigação de não esmagamento das margens;

vii. reforçam a liberdade de os promotores terceiros utilizarem a empresa de bilhética da sua preferência;

viii. introduzem procedimentos mais robustos para proteger a informação comercial sensível de promotores terceiros e operadores de ticketing terceiros;

ix. simplificam o mecanismo de reclamação;



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria

2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

748 x.propõem a nomeação de um novo mandatário de monitorização;

749 **60.** A decisão da AdC foi notificada à aqui Requerente na data em que foi
750 proferida (em 19.11.2024);

751 **61.** A operação de concentração foi implementada em 17 de Janeiro de
752 2025, sendo que os Novos Compromissos estão plenamente em vigor
753 desde essa data, tendo o Novo Mandatário de Monitorização, a quem
754 compete fiscalizar o cumprimento dos compromissos, iniciado funções
755 desde o dia 7 de Dezembro de 2024, tendo o anterior mandatário
756 cessado funções;

757 **61-A** A LNE subsequentemente àquela implementação nomeou um novo
758 Conselho de Administração da Arena Atlântico e novos gerentes para a
759 R&B e a R&B HoldCo;

760 **62.** O Novo Mandatário de Monitorização enviou o seu Plano de
761 Monitorização no dia 16 de Dezembro de 2024;

762 **63.** Desde o início das suas funções até 10 de Abril de 2025 (data da
763 apresentação da oposição da AdC neste procedimento cautelar) que
764 entre o Mandatário e a AdC já ocorreram 64 interações documentadas
765 no processo administrativo;

766 **64.** A AdC apresentou Resolução Fundamentada nestes autos;

767 **65.** A LNE, em 2010, fundiu-se com a Ticketmaster, a maior empresa
768 mundial no mercado do *ticketing*;

769 **66.** De forma a obter a aprovação do Department of Justice dos EUA (DOJ -
770 Departamento de Justiça dos EUA) quanto à proposta de concentração,
771 a LNE assumiu, de forma sintética, os seguintes compromissos:

772 - obrigatoriedade da concessão de uma licença de utilização da plataforma
773 da Ticketmaster à concorrente AEG, outra significativa empresa activa na
774 indústria do entretenimento ao vivo;



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria

2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

- 775 - proibição da utilização da plataforma da Ticketmaster em espaços de
776 concertos detidos pela AEG;
- 777 - proibição da participação da LNE num qualquer comportamento
778 anticoncorrencial;
- 779 - proibição de retaliação contra espaços de concertos que optem por utilizar
780 um qualquer outro serviço de ticketing que não a Ticketmaster;
- 781 - proibição da criação ou comercialização de “pacotes de serviços”
782 obrigatórios pelas empresas parte do grupo LNE;
- 783 - proibição da utilização cruzada dos dados recolhidos através da venda de
784 bilhetes para a atividade de promoção;
- 785 - obrigatoriedade da partilha dos dados recolhidos através da venda de
786 bilhetes com os clientes que utilizem a plataforma Ticketmaster;
- 787 - obrigatoriedade da colaboração com o DOJ no sentido de verificar a
788 implementação e cumprimento dos compromissos;
- 789 **67.** Porém, o DOJ considerou esses compromissos violados pela LNE e em
790 2020 o mesmo departamento reforçou os compromissos e a sua
791 monitorização;
- 792 **68.** Na moção de alteração apresentada pelo DOJ em 2020, esta entidade
793 referiu o seguinte sobre a LNE: *“Defendants have repeatedly and over*
794 *the course of several years violated this Court’s July 30, 2010, Final*
795 *Judgment. That Final Judgment permitted Live Nation Entertainment,*
796 *Inc. (“Live Nation”)¹ and Ticketmaster Entertainment, Inc.*
797 *(“Ticketmaster”) to merge, but prohibited the merged company from*
798 *retaliating against concert venues for using another ticketing company,*
799 *or conditioning or threatening to condition Live Nation’s provision of*



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria

2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

concerts and other live events on a venue's purchase of Ticketmaster's ticketing services. While Defendants promptly consummated their merger, they have failed to live up to their end of the bargain. Specifically, Defendants have repeatedly conditioned and threatened to condition Live Nation's provision of live concerts on a venue's purchase of Ticketmaster ticketing services, and they have retaliated against venues that opted to use competing ticketing services - all in violation of the plain language of the decree. Indeed, Defendants' well-earned reputation for threatening behavior and retaliation in violation of the Final Judgment has so permeated the industry that venues are afraid to leave Ticketmaster lest they risk losing Live Nation concerts, hindering effective competition for primary ticketing services"

(tradução nossa livre: “Os demandados violaram repetidamente, ao longo de vários anos, a Sentença Final deste Tribunal de 30 de Julho de 2010. Esta Sentença Final permitiu que a Live Nation Entertainment, Inc. (“Live Nation”)¹ e a Ticketmaster Entertainment, Inc. (“Ticketmaster”) se fundissem, mas proibiu a empresa resultante da fusão de retaliar contra salas de espectáculos por utilizarem outra empresa de venda de bilhetes, ou de condicionar ou ameaçar condicionar o fornecimento de espectáculos e outros eventos ao vivo pela Live Nation à compra, por uma sala de espectáculos, dos serviços de venda de bilhetes da Ticketmaster. Embora os réus tenham consumado prontamente a fusão, não cumpriram a sua parte do acordo. Especificamente, os réus condicionaram e ameaçaram condicionar repetidamente o fornecimento de concertos ao vivo pela Live Nation à compra, por uma sala de espectáculos, dos serviços de venda de bilhetes da Ticketmaster, e retaliaram contra salas de espectáculos que optaram por utilizar serviços de venda de bilhetes concorrentes - tudo em violação da linguagem clara do que foi decretado. Na verdade, a merecida



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria

2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

reputação dos Réus por comportamento ameaçador e retaliação em violação da Sentença Final permeou tanto a indústria que os locais têm medo de deixar a Ticketmaster para não correrem o risco de perder os concertos da Live Nation, dificultando a concorrência efectiva para os serviços primários de venda de bilhetes.”)

69. E ainda: “*The United States has found that, since 2012, Defendants’ executives have retaliated against or threatened venues throughout the United States in violation of the Final Judgment’s Anti-Retaliation and Anti-Conditioning Provisions. These violations began shortly after the decree was entered in 2010 and have recurred throughout its term, with the most recent known violation occurring as late as March 2019. As a result of this conduct, venues throughout the United States have come to expect that refusing to contract with Ticketmaster will result in the venue receiving fewer Live Nation concerts or none at all.*”

(tradução nosso livre: “Os Estados Unidos constataram que, desde 2012, os executivos dos Arguidos têm retaliado ou ameaçado salas de espectáculos em todo o país, violando as Disposições Anti-retaliação e Anti-condicionamento da Sentença Final. Estas violações começaram logo após a prolação da sentença, em 2010, e repetiram-se ao longo da sua vigência, tendo a violação mais recente de que há notícia ocorrido em Março de 2019. Como resultado desta conduta, as salas de espectáculos de todos os Estados Unidos passaram a esperar que a recusa em contratar a Ticketmaster resultasse em menos concertos da Live Nation ou mesmo em nenhum.”)

70. De forma a travar a alegada reiterada violação dos compromissos por parte da LNE, o DOJ promoveu o alargamento dos mesmos;

71. Neste sentido, ficaram acordados em 2020 os seguintes compromissos adicionais:



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria

2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

- o prolongamento do período de monitorização dos compromissos por mais cinco anos e meio;

- a alteração da linguagem dos compromissos de 2010 para que sejam de mais fácil leitura e apreensão, diminuindo os riscos de contorno;

- a nomeação de um mandatário de monitorização independente;

- a adopção de medidas internas no grupo para assegurar o cumprimento dos compromissos.

72. Em 23 de Maio de 2024 o DOJ intentou em Tribunal, uma acção judicial contra a LNE e a sua subsidiária Ticketmaster por infracções ao direito da concorrência e por alegada reiterada violação dos compromissos assumidos em 2010 e 2020;

73. Esta acção foi apresentada conjuntamente pelo DOJ e por 30 Procuradores Gerais (Attorneys General) de 29 Estados federados e um Distrito federal;

74. A Requerente informou a AdC dessa nova acção em tribunal, através de requerimento em 03.06.2024, apresentado no procedimento administrativo;

75. Nessa sede e sumariamente, o DOJ pugna pela existência de um monopólio exercido pela LNE na totalidade da indústria da música ao vivo nos Estados Unidos, nomeadamente afirmando: “*One monopolist serves as the gatekeeper for the delivery of nearly all live music in America today: Live Nation, including its wholl owned subsidiary Ticketmaster*”

(tradução nossa livre: “*Um monopolista serve como guardião da entrega de quase toda a música ao vivo na América de hoje: a Live Nation, incluindo a sua subsidiária integral Ticketmaster*”;



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria
2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

883 76. Ainda segundo o DOJ, a LNE “*directly manages more than 400 musical*
884 *artists and, in total, controls around 60% of concert promotions at major*
885 *concert venues across the country. Live Nation also owns or controls*
886 *more than 265 concert venues in North America, including more than 60*
887 *of the top 100 amphitheaters in the United States. For comparison, its*
888 *closest rival owns no more than a handful of top amphitheaters. And, of*
889 *course, through Ticketmaster, Live Nation controls roughly 80% or more*
890 *of major concert venues’ primary ticketing for concerts and a growing*
891 *share of ticket resales in the secondary market* “

892 (tradução nossa livre: A LNE “gere directamente mais de 400 artistas
893 musicais e, no total, controla cerca de 60% das promoções de concertos
894 nas principais salas de espectáculos do país. A Live Nation também
895 detém ou controla mais de 265 salas de espectáculos na América do
896 Norte, incluindo mais de 60 dos 100 maiores anfiteatros dos Estados
897 Unidos. Para comparação, a sua rival mais próxima detém apenas
898 alguns dos principais anfiteatros. E, claro, através da Ticketmaster, a
899 Live Nation controla cerca de 80% ou mais da venda primária de
900 bilhetes para concertos nas principais salas de espectáculos e uma
901 quota crescente dos revendedores de bilhetes no mercado secundário.);

902 77. A consequência deste poder de mercado, segundo o DOJ, é o facto da
903 “*Live Nation and its wholly owned subsidiary, Ticketmaster, have used*
904 *that power and influence to insert themselves at the center and the*
905 *edges of virtually every aspect of the live music ecosystem. This has*
906 *given Live Nation and Ticketmaster the opportunity to freeze innovation*
907 *and bend the industry to their own benefit. [...] Live Nation possesses and*
908 *routinely exercises control over which artists perform on what dates at*
909 *which venues. [...] Artists and fans as well as the countless people and*
910 *other services that support them suffer from the loss of dynamism and*



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria

2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

911 *growth that competition would inevitably usher in.”*

912 (tradução nossa livre: A Live Nation e a sua subsidiária integral, a
913 Ticketmaster, usaram este poder e influência para se inserirem no
914 centro e nas margens de praticamente todos os aspectos do
915 ecossistema da música ao vivo. Isto deu à Live Nation e à Ticketmaster
916 a oportunidade de congelar a inovação e manipular a indústria em seu
917 próprio benefício. [...] A Live Nation possui e exerce rotineiramente
918 controlo sobre quais os artistas que actuam em que datas e em que
919 locais. [...] Os artistas e os fãs, bem como as inúmeras pessoas e outros
920 serviços que os apoiam, sofrem com a perda de dinamismo e
921 crescimento que a concorrência inevitavelmente traria.”);

922 78. O DOJ afirma que a Live Nation e a sua subsidiária Ticketmaster
923 estiveram, desde a sua fusão, envolvidas na prática de diversos
924 comportamentos anticoncorrenciais, entre eles:

925 a) exploração da relação ilícita com o Grupo Oak View, referindo que a
926 LNE explora de forma ilícita a sua relação de longa data com o
927 Grupo Oak View, um potencial concorrente que se tornou parceiro e
928 que se tem vindo a descrever como um “protetor” da Live Nation.
929 Refere que nos últimos anos, o Grupo Oak View evitou concorrer
930 com a Live Nation pelo talento dos artistas e influenciou os locais de
931 espetáculo de forma a assinarem acordos exclusivos com a
932 Ticketmaster. Mais refere que nomeadamente, a Live Nation
933 repreendeu várias vezes o Grupo Oak View quando estes tentavam
934 de alguma forma competir;

935 b) constantes retaliações contra concorrentes e potenciais
936 concorrentes, referindo que a LNE ameaçou por diversas vezes, com
937 recurso a retaliações financeiras, todos aqueles que procuravam
938 concorrer no mercado da promoção de concertos nos EUA;



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria

2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

- 939 c) aquisição de concorrentes e potenciais concorrentes, referindo que a
940 LNE adquiriu estrategicamente uma série de promotores regionais e
941 de menor dimensão que havia identificado internamente como
942 ameaças e que este facto prejudicou a concorrência e teve impacto
943 na remuneração dos artistas;
- 944 d) ameaças e retaliações contra recintos que escolhessem trabalhar
945 com concorrentes, referindo que o exercício do poder de mercado da
946 LNE na promoção de concertos traduziu-se no facto de que que
947 todos os espaços de concerto ao vivo interiorizaram que a escolha
948 de outro promotor ou empresa de bilhética implica um risco de
949 reacção adversa por parte da LNE que resultará inevitavelmente na
950 perda de concertos, receitas e fãs;
- 951 e) exclusão de concorrentes através da celebração de contratos de
952 exclusividade, mencionando que a LNE força os espaços de
953 concerto a celebrar contratos exclusivos a longo prazo, de modo a
954 impedir que os espaços possam considerar a utilização de outras
955 empresas de bilhética e que estes contratos permitem à LNE reduzir
956 a pressão da concorrência para melhorar a sua própria tecnologia de
957 emissão de bilhetes e do seu serviço de apoio ao cliente;
- 958 f) bloqueio da possibilidade de os espaços utilizarem qualquer outro
959 serviço de bilhética, considerando que a conduta e os contratos
960 exclusivos da LNE impedem o aparecimento de novos e diferentes
961 concorrentes e modelos comerciais de promoção e venda de
962 bilhetes, impedindo os espaços de concerto de recorrer a vários
963 serviços de bilhética, que poderiam competir para oferecer aos fãs a
964 melhor combinação de preços, taxas, qualidade e inovação;
- 965 g) restrição do acesso dos artistas aos espaços de concerto, pugnando
966 que a LNE tem vindo progressivamente a ganhar o controlo dos
967 principais espaços de concerto, através de aquisições, parcerias e
968 acordos, sendo que refere também que a LNE restringe a utilização



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria

2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

969 desses locais pelos artistas, a menos que estes concordem em
970 utilizar também os seus serviços de promoção;

971 79. Nas palavras do DOJ: “*Taken individually and considered together, Live*
972 *Nation’s and Ticketmaster’s conduct allows them to exploit their conflicts*
973 *of interest—as a promoter, ticketer, venue owner, and artist manager—*
974 *across the live music industry and further entrench their dominant*
975 *positions*”;

976 (tradução nossa livre: Considerando individualmente e em conjunto, a
977 conduta da Live Nation e da Ticketmaster permite-lhes explorar os seus
978 conflitos de interesses – como promotores, vendedores de bilhetes,
979 proprietários de salas e gestores de artistas – na indústria da música ao
980 vivo e fortalecer ainda mais as suas posições dominantes.);

981 80. O Procurador Geral (Attorney General) do DOJ, Merrick B. Garland, no
982 seu discurso de apresentação da denúncia firmou o seguinte: “*We are*
983 *here because, as we allege, that [LNE’s] conduct is anticompetitive and*
984 *illegal. Our complaint makes clear what happens when a monopolist*
985 *dedicates its resources to entrenching its monopoly power and insulating*
986 *itself from competition rather than investing in better products and*
987 *services. We allege that Live Nation has illegally monopolized markets*
988 *across the live concert industry in the United States for far too long. It is*
989 *time to break it up. [...] We allege that, to sustain this dominance, Live*
990 *Nation relies on unlawful, anticompetitive conduct to exercise its*
991 *monopolistic control over the live events industry in the United States -*
992 *and over the fans, artists, independent promoters, and venues that*
993 *power the industry. [...] It [LNE] controls at least 80% of primary ticketing*
994 *at major concert venues. It directly manages more than 400 artists and*
995 *controls more than 60% of concert promotions across the country. And it*
996 *owns or controls more than 60% of large amphitheaters in the United*



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria

2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

997 *States. [...] In fact, Live Nation often sacrifices profits it could earn as a*
998 *venue owner by letting its venues sit empty, rather than opening them to*
999 *artists who do not use Live Nation promotion services - even during peak*
1000 *concert season. Live Nation has not only deployed anticompetitive*
1001 *tactics to coerce artists and venues into using its services and to charge*
1002 *fans excessive fees - it has also worked strategically, and illegally, to*
1003 *eliminate the threat of potential rivals from emerging across any of its*
1004 *businesses."*

1005 **(tradução nossa livre:** Estamos aqui porque, como alegamos, a conduta
1006 [da LNE] é anti concorrencial e ilegal. A nossa denúncia torna claro o
1007 que acontece quando um monopolista dedica os seus recursos a
1008 consolidar o seu poder de monopólio e a isolar-se da concorrência, em
1009 vez de investir em melhores produtos e serviços. Alegamos que a Live
1010 Nation monopolizou ilegalmente os mercados da indústria de concertos
1011 ao vivo nos Estados Unidos durante demasiado tempo. É tempo de
1012 acabar com isso. [...] Alegamos que, para sustentar este domínio, a Live
1013 Nation se baseia em conduta ilegal e anticoncorrencial para exercer o
1014 seu controlo monopolista sobre a indústria de eventos ao vivo nos
1015 Estados Unidos - e sobre os fãs, artistas, promotores independentes e
1016 salas de espectáculos que impulsionam a indústria. [...] Ela [a LNE]
1017 controla pelo menos 80% da venda de bilhetes primários nas principais
1018 salas de espectáculos. Gere directamente mais de 400 artistas e
1019 controla mais de 60% das promoções de concertos em todo o país. E
1020 detém ou controla mais de 60% dos grandes anfiteatros nos Estados
1021 Unidos. [...] De facto, a Live Nation sacrifica frequentemente os lucros
1022 que poderia obter como proprietária de um local, deixando os seus
1023 espaços vazios, em vez de os abrir a artistas que não utilizam os
1024 serviços de promoção da Live Nation - mesmo durante a época alta de
1025 concertos. A Live Nation não só empregou tácticas anti concorrenciais



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria

2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

1026 para coagir artistas e locais a utilizar os seus serviços e cobrar taxas
1027 excessivas aos fãs, como também trabalhou estrategicamente, e
1028 ilegalmente, para eliminar a ameaça de potenciais rivais em qualquer
1029 um dos seus negócios.);

1030 81. A Procuradora-Geral Adjunta (Deputy Attorney General) Lisa Monaco
1031 afirmou também seguinte, no seu discurso: : “*It [the complaint] lays out*
1032 *how Live Nation-Ticketmaster acts as the gatekeeper for an entire*
1033 *industry - reaching its proverbial hands into every stage of the concert*
1034 *lifecycle: from who promotes shows; to where they happen; to how they*
1035 *are ticketed. [...] Over the years, Live Nation has intentionally blocked*
1036 *others out of the market – limiting where shows can take place, who can*
1037 *sell tickets, and who benefits from them. As alleged in the complaint,*
1038 *they’ve employed a range of tactics to keep competitors out of the*
1039 *market: long-term exclusive ticketing contracts, serial acquisitions of*
1040 *regional competitors, and threatening to retaliate against venues.”*

1041 (tradução nossa livre: “[A queixa] expõe como a Live Nation-
1042 Ticketmaster actua como guardião de toda uma indústria - estendendo as
1043 suas célebres mãos a todas as fases do ciclo de vida dos concertos:
1044 desde quem promove os concertos; até onde acontecem; e como os
1045 bilhetes são vendidos. [...] Ao longo dos anos, a Live Nation bloqueou
1046 intencionalmente o acesso de outras empresas ao mercado – limitando
1047 onde os concertos podem acontecer, quem pode vender bilhetes e
1048 quem beneficia deles. Como alegado na queixa, a empresa empregou
1049 uma série de tácticas para manter os fora do mercado: contratos de
1050 exclusividade de bilhetes a longo prazo, aquisições em série de
1051 concorrentes regionais e ameaças de retaliação contra as salas de
1052 espectáculos.”)

1053 82. O Procurador-Geral Adjunto (Assistant Attorney General) Jonathan



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria

2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

Kanter também discursou no seguinte sentido: “ *The live music industry in America is broken because Live Nation-Ticketmaster abuses its illegal monopoly. [...] The recipe for live music includes three key ingredients: artists, venues and fans. Live Nation-Ticketmaster’s dominance has allowed it to exert control over all three. It starts with power over artists. Today, Live Nation-Ticketmaster represents hundreds of artists through its dominant promotions business, which controls the organizing, marketing and financing of live concerts. Live Nation-Ticketmaster also owns or controls venues at which these concerts are held. For example, it owns 60 of America’s 100 large amphitheaters. At these venues, Live Nation-Ticketmaster not only earns money from tickets and fees, but also from concessions, merchandise, sponsorships and parking. [...] As the complaint also alleges, Live Nation-Ticketmaster threatens and retaliates against venues that try to choose a different promoter or ticketer. If you’re an artist, you understand what’s at stake: use Live Nation for promotion or risk being locked out.*”

(tradução nossa livre): A indústria da música ao vivo nos Estados Unidos está falida porque a Live Nation-Ticketmaster abusa do seu monopólio ilegal. [...] A receita para a música ao vivo inclui três ingredientes principais: artistas, salas de espectáculos e fãs. O domínio da Live Nation-Ticketmaster permitiu-lhe exercer controlo sobre todos os três. Começa pelo poder sobre os artistas. Hoje, a Live Nation-Ticketmaster representa centenas de artistas através do seu negócio dominante de promoções, que controla a organização, o marketing e o financiamento de concertos ao vivo. A Live Nation-Ticketmaster também possui ou controla as salas de espectáculos onde esses espectáculos são realizados. Por exemplo, ela possui 60 dos 100 grandes anfiteatros dos Estados Unidos. Nestes locais, a Live Nation-Ticketmaster não só ganha dinheiro com bilhetes e taxas, mas também com concessões,



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria

2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

1083 *merchandising*, patrocínios e estacionamento. [...] Como também alega a
1084 acusação, a Live Nation-Ticketmaster ameaça e retalia salas de
1085 espectáculos que tentem escolher um promotor ou vendedor de bilhetes
1086 diferente. Se é um artista, compreende o que está em causa: use a Live
1087 Nation para promoção ou corra o risco de ser bloqueado.);

1088 83. Em 21.08.2024, a Requerente procedeu à actualização daquela
1089 informação, por meio de novo requerimento que apresentou no
1090 procedimento administrativo;

1091 84. Nessa ocasião, a Requerente informou a AdC de que, no dia
1092 19.08.2024, havia sido noticiada a junção de 10 novos Attorneys
1093 General à acção contra a LNE, passando a mesma a ser proposta por
1094 40 Attorneys General de 39 Estados federados e um Distrito federal;

1095 85. A nova versão da acção judicial conta com pormenores adicionais sobre
1096 a alegada reiterada violação de compromissos comportamentais por
1097 parte da Live Nation-Ticketmaster nos mercados do sector dos
1098 espectáculos ao vivo;

1099 86. Os novos detalhes prendem-se, nomeadamente, com a extensão da
1100 relação da LNE com o Oak Group, no sentido de celebrar acordos, não
1101 só para eliminar concorrentes, como também para cimentar e expandir o
1102 seu domínio do mercado dos eventos ao vivo, com alegada violação
1103 reiterada dos compromissos assumidos em 2010 e em 2020;

1104 87. Adicionalmente também se passou a aludir a práticas predatórias da
1105 LNE, a saber: “[...] *After learning that TEG succeeded in securing a*
1106 *prominent artist for a concert at the Los Angeles Coliseum, Live Nation*
1107 *used its exclusive ticketing deal with the venue to frustrate TEG’s*
1108 *concert. For this concert, TEG had reached an agreement with StubHub*
1109 *where TEG would sell a certain number of tickets on StubHub’s platform.*
1110 *In response, Live Nation, through its subsidiary Ticketmaster, which was*
1111 *the exclusive ticketer for all shows at the venue, “threat[ened] not to*



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria
2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

1112 *honor any of those tickets” and demanded that TEG either “unwind” its*
1113 *deal with StubHub or transfer the ticketing proceeds to Ticketmaster. A*
1114 *Ticketmaster executive noted, “if TEG [thinks] they can come into [North*
1115 *America] and take whatever they want off our platform we will have a*
1116 *massive problem.” Ultimately, StubHub stopped selling tickets and*
1117 *attempted to work with Ticketmaster to fulfill the tickets that it had*
1118 *already sold. But Ticketmaster failed to fulfill many of those tickets to*
1119 *StubHub’s customers, and hundreds of StubHub’s customers were*
1120 *refused entry to the event.”*

1121 (tradução nossa livre: Depois de descobrir que a TEG tinha conseguido
1122 garantir um artista de destaque para um concerto no Los Angeles
1123 Coliseum, a Live Nation usou o seu acordo exclusivo de venda de
1124 bilhetes com o local para frustrar o concerto da TEG. Para este
1125 concerto, a TEG tinha fechado um acordo com a StubHub, no qual a
1126 empresa venderia um determinado número de bilhetes na plataforma da
1127 StubHub. Em resposta, a Live Nation, através da sua subsidiária
1128 Ticketmaster, que era a distribuidora exclusiva de bilhetes para todos os
1129 concertos no local, "ameaçou não honrar nenhum desses bilhetes" e
1130 exigiu que a TEG "revogasse" o seu acordo com a StubHub ou
1131 transferisse as receitas da venda de bilhetes para a Ticketmaster. Um
1132 executivo da Ticketmaster observou: "se a TEG [pensar] que pode
1133 entrar [na América do Norte] e tirar o que quiser da nossa plataforma,
1134 teremos um problema enorme". No final do dia, a StubHub deixou de
1135 vender bilhetes e tentou trabalhar com a Ticketmaster para satisfazer os
1136 pedidos de bilhetes que já tinha vendido. Mas a Ticketmaster não
1137 conseguiu entregar muitos destes bilhetes aos clientes da StubHub, e
1138 centenas de clientes da StubHub foram impedidos de entrar no
1139 evento.”);



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria

2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

1140 88. Também são descritas evidências das ameaças dirigidas pelos altos
1141 quadros da LNE a recintos que pretendem utilizar serviços de empresas
1142 concorrentes;

1143 89. O DOJ e os 40 Attorneys General, concluíram nos seguintes termos:
1144 *“Due to Live Nation’s unlawful conduct, fans across the United States,*
1145 *including fans in every Plaintiff State, have paid more in fees that are not*
1146 *negotiable and cannot be comparison shopped because there are no*
1147 *other options. Fans are forced to pay service and convenience fees,*
1148 *Pricemaster and Platinum fees, payment processing fees, handling fees,*
1149 *and facility fees, often with little visibility into how these fees are*
1150 *assessed. [...] Fans have also been denied access to the benefits that a*
1151 *competitive process would deliver, such as quality, innovation, and more*
1152 *fan-friendly ticketing options. For example, SeatGeek’s refundable ticket*
1153 *program, Swaps, offers refundable tickets that can be returned for 100%*
1154 *credit on a future purchase, for any reason, up to 72 hours before the*
1155 *event. [...] Lack of competition also restricts opportunities and access for*
1156 *artists, venues, and fans. Live Nation controls nearly every aspect of the*
1157 *live events industry, which results in artists having fewer opportunities to*
1158 *play concerts, and fewer real choices for promoting their concerts, selling*
1159 *tickets to their own shows, and performing at certain venues. Likewise,*
1160 *venues have fewer real choices for obtaining concerts and ticketing*
1161 *services, and many are reluctant to disrupt the status quo due to the*
1162 *financial risk and barriers to entry Live Nation’s conduct, as described*
1163 *above, has created, perpetuated, or exacerbated. Live Nation’s conduct*
1164 *has harmed fans because they have been left with fewer concerts, have*
1165 *had more limited choices among touring artists, have paid higher*
1166 *ticketing fees, and have experienced a lower-quality ticketing experience*
1167 *than they otherwise would have but for Live Nation’s anticompetitive*
1168 *conduct. Defendants’ exclusive ticketing arrangements have allowed*
1169 *them to limit venues’ and artists’ options and impose supra-competitive*



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria

2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

fees on fans because there are no meaningful alternatives. This lack of competitive pressure has also disincentivized Defendants from investing in quality and innovation in ticketing. The result is a worse experience for fans than they would have in a competitive marketplace. What fans pay at Ticketmaster-ticketed events therefore does not simply represent the cost of providing ticketing services—it arises from Defendants' unlawful conduct in the 68 live events industry in each Plaintiff State, harming not only the fans, but also the artists and venues. As a result of Defendants' unlawful conduct, Plaintiff States and their residents and general economies have suffered damages."

(tradução nossa livre: Devido à conduta ilegal da Live Nation, os fãs de todos os Estados Unidos, incluindo os fãs de todos os Estados Autores, pagaram taxas mais elevadas que não são negociáveis e não podem ser comparadas por não haver outras opções. Os fãs são forçados a pagar taxas de serviço e conveniência, taxas Pricemaster e Platinum, taxas de processamento de pagamentos, taxas de manuseamento e taxas de instalações, muitas vezes com pouca visibilidade sobre a forma como estas taxas são cobradas. [...] Os fãs viram também o acesso negado aos benefícios que um processo competitivo proporcionaria, como a qualidade, a inovação e as opções de bilhetes mais favoráveis aos adeptos. Por exemplo, o programa de bilhetes reembolsáveis da SeatGeek, o Swaps, oferece bilhetes reembolsáveis que podem ser devolvidos com 100% de crédito numa compra futura, por qualquer motivo, até 72 horas antes do evento. [...] A falta de concorrência restringe também as oportunidades e o acesso de artistas, salas de espectáculos e fãs. A Live Nation controla quase todos os aspectos da indústria dos eventos ao vivo, o que resulta em menos oportunidades para os artistas actuarem e menos opções reais para promover os seus concertos, vender bilhetes para os seus próprios concertos e actuar em



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria

2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

1199 determinados locais. locais. Da mesma forma, os locais têm menos
1200 opções reais para obter concertos e serviços de venda de bilhetes, e
1201 muitos estão relutantes em romper o status quo devido ao risco
1202 financeiro e às barreiras à entrada que a conduta da Live Nation, como
1203 descrito acima, criou, perpetuou ou exacerbou. A conduta da Live Nation
1204 prejudicou os fãs, pois ficaram com menos concertos, tiveram opções
1205 mais limitadas entre os artistas em digressão, pagaram taxas de venda
1206 de bilhetes mais elevadas e tiveram uma experiência de venda de
1207 bilhetes de qualidade inferior à que teriam se não fosse a conduta anti
1208 concorrencial da Live Nation. Os acordos exclusivos de venda de
1209 bilhetes dos Réus permitiram-lhes limitar as opções dos locais e dos
1210 artistas e impor taxas supracompetitivas aos fãs, devido à inexistência
1211 de alternativas significativas. Esta falta de pressão concorrencial
1212 também desincentivou os Arguidos a investir na qualidade e inovação
1213 na venda de bilhetes. O resultado é uma experiência pior para os fãs do
1214 que teriam num mercado competitivo. O que os fãs pagam nos eventos
1215 com bilhetes da Ticketmaster, portanto, não representa simplesmente o
1216 custo da prestação de serviços de venda de bilhetes - decorre dos
1217 Arguidos. conduta ilegal na indústria de 68 eventos ao vivo em cada
1218 Estado Autor, prejudicando não só os fãs, mas também os artistas e os
1219 locais. Como resultado da conduta ilícita dos Arguidos, os Estados
1220 Autores, os seus residentes e a economia em geral sofreram danos.”);

1221 90. Foi apresentada, no decurso do procedimento administrativo, em 24 de
1222 Outubro de 2024, uma denúncia, com o teor da que consta do
1223 documento n.º 17 junto com o requerimento inicial e que aqui se dá por
1224 integralmente reproduzida, onde se alude a um comportamento,
1225 discriminatório da Arena Atlântico relativamente aos promotores de
1226 espectáculos consoante escolham ou não a Blueticket (empresa
1227 controlada pela Arena Atlântico) como a operadora “ticketing” para



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria

2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

1228 eventos na MEO Arena, favorecendo os promotores que seleccionem a
1229 Blueticket como a operadora “ticketing” em detrimento daqueles que
1230 seleccionem outras operadoras de ticketing, consistindo a discriminação
1231 na imposição da obrigação de pagamento imediato de uma
1232 percentagem do preço devido pela utilização da MEO Arena àqueles
1233 promotores que não escolham a Blueticket e no favorecimento daqueles
1234 promotores que escolham a Blueticket como operadora através da
1235 concessão de prazo para pagamento da parcela inicial do preço e até
1236 dispensa da obrigação de efectuar tal pagamento;

1237 91. A AdC dirigiu à LNE em 07.11.2024 um pedido de elementos acerca da
1238 “faturação” a promotores de uma parcela inicial de 20% do preço devido pela
1239 utilização da Arena, indagando acerca da política seguida a este propósito
1240 pela Arena Atlântico;

1241 92. A AdC solicitou ainda esclarecimentos em relação a 10 eventos com
1242 pagamentos na integra próximo da data da sua realização, uma que vez, que
1243 na análise realizada pela AdC, aos dados de facturação cobrindo 5 anos, a
1244 AdC concluiu que “na larga maioria dos eventos, a primeira factura
1245 correspondia a exigência de 20% do preço”, e “com menos frequência a
1246 primeira factura correspondia a 10% do preço total”;

1247 93. Na resposta da AdC à denunciante pode ler-se designadamente o seguinte:

1248 *“No âmbito desse procedimento, a AdC obteve informação de facturação*
1249 *abrangendo os últimos 5 anos, coligidos em base de dados. A análise a essa*
1250 *base de dados permitiu constatar que a prática de cobrar um valor pela*
1251 *reserva, tipicamente correspondente a 20% do total, podendo nalguns casos*
1252 *ser inferior, é uma prática normal da Arena Atlântico e que se aplica a todos*
1253 *os promotores, indiferentemente do operador de ticketing que os mesmos*
1254 *seleccionem.*



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria

2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

1255 *Na análise efetuada identificaram-se ainda situações excecionais e pontuais,*
1256 *correspondentes a [0-5]% dos eventos identificados na base de dados*
1257 *analisada pela AdC, em que o pagamento foi realizado pela totalidade e*
1258 *próximo da data do evento. Para cada uma dessas situações, a AdC solicitou*
1259 *à Arena Atlântic uma justificação para não ter havido um pagamento*
1260 *antecipado pela reserva. Das explicações recebidas, apura-se que estariam*
1261 *em causa eventos de beneficência, eventos agendados com reduzida*
1262 *antecedência, ou outras razões, parte das quais relacionadas com o contexto*
1263 *do período da pandemia, não tendo a AdC apurado ser o critério diferenciador*
1264 *para o não pagamento da reserva o facto de os promotores utilizarem os*
1265 *serviços de ticketing da Blueticket.*

1266 *A AdC analisou ainda, em concreto, todos os eventos identificados na*
1267 *denúncia, não tendo obtido conclusões diferentes das apresentadas nos*
1268 *parágrafos anteriores”;*

1269 **94.** A EIN é, historicamente, o maior utilizador individual da MEO Arena;

1270 **95.** Uma parte significativa das receitas auferidas pela Requerente têm a
1271 sua origem nos espectáculos por esta promovidos na MEO Arena;

1272 **96.** A LNE querará rentabilizar o investimento feito na aquisição da MEO
1273 Arena o mais rapidamente possível;

1274 **97.** A actividade de um promotor de espectáculos como a Requerente é
1275 sensível a fenómenos de progressão rápida e irreversível, comumente
1276 conhecidos como “efeito de bola de neve”;

1277 **98.** A razão prende-se com o risco inerente à actividade e à forma como
1278 esse risco tem que ser gerido pelo promotor;

1279 **99.** O risco de um promotor deriva essencialmente de dois factores:

1280 - a maior ou menor aleatoriedade do sucesso de um evento, que
1281 depende de variáveis como sejam a notoriedade do artista, o período do
1282 ano ou a data concreta do espectáculo, o recinto onde o mesmo se



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria

2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

1283 realiza, a ocorrência de eventos exógenos (intempéries, acidentes,
1284 conflitos) e o fluidez das operações logísticas necessárias à montagem
1285 do espectáculo; e

1286 - a obrigação decorrente de contratos que impende sobre o promotor de,
1287 perante o artista e de todas as outras contrapartes contratuais
1288 necessárias à montagem do espectáculo (como sejam o proprietário do
1289 recinto onde ocorrerá o espectáculo, fornecedores de palco, iluminação,
1290 etc), assumir os custos, independentemente do maior ou menor sucesso
1291 do espectáculo. Este encargo é mais oneroso perante artistas
1292 internacionais de primeira linha que não só exigem “cachets” muito
1293 elevados como exigem ser pagos antecipadamente no que toca à parte
1294 fixa do *cachet*,

1295 **100.** Quer um espectáculo seja um sucesso, quer seja um fracasso, o
1296 promotor terá que fazer face aos mesmos custos;

1297 **101.** Um promotor que organize espectáculos de grande dimensão
1298 envolvendo artistas internacionais de primeira linha que cobram
1299 “cachets” muito onerosos necessita permanentemente de dispor de
1300 elevados meios financeiros;

1301 **102.** Se não dispuser de tal, não logrará realizar os pagamentos
1302 antecipados (que, em regra, precedem em muitos meses, por vezes
1303 mais de um ano, o espectáculo) que lhe são exigidos pelos artistas e
1304 como podem ser exigidos por proprietários de salas;

1305 **103.** Uma quebra nesses meios poderá incapacitar a contratação de outros
1306 artistas ou de liquidar os custos do anterior espectáculo, o que pode
1307 comprometer a continuidade da sua actividade;

1308 **104.** Bastam duas ou três ocorrências incapacitadoras para quebrar a
1309 continuidade do ciclo financeiro que é requisito primordial da actividade
1310 da promoção de espectáculos (sobretudo aquela que incida sobre



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria

2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

- 1311 espectáculos de grande dimensão);
- 1312 105. [REDACTED], mandatário de fiscalização no âmbito
- 1313 dos Compromissos de 2012 era, simultaneamente, presidente executivo
- 1314 da instituição bancária BIC, o que implicava uma muito reduzida
- 1315 disponibilidade para exercer tais funções, o que motivou queixas à AdC
- 1316 formuladas pela Requerente;
- 1317 106. No âmbito dos Compromissos de 2012, a Arena Atlântico pretendeu
- 1318 aumentar os preços em 2023, o que foi objecto de aprovação por parte
- 1319 do mandatário de fiscalização à data nomeado;
- 1320 107. Nessa sede, a AdC concluiu, ao contrário do mandatário, que o
- 1321 aumento de preços não se encontrava justificado, não se afigurava
- 1322 razoável e, para além do mais, reforçava a elevada opacidade que
- 1323 caracterizava os preços praticados pela Arena Atlântico;
- 1324 108. A AdC, na DPIA, referiu o seguinte: “*Em face dos preços médios dos*
- 1325 *bilhetes e dos custos de aluguer por espectador das Tabelas do*
- 1326 *Documento de Política de Preços, aumentos de preços de aluguer entre*
- 1327 *15% a 20%, como os verificados em Fevereiro de 2023, representam*
- 1328 *um crescimento potencial entre 2% a 6% - i.e., caso o aumento de*
- 1329 *preços seja passado ao consumidor final - dos preços aos consumidores*
- 1330 *de eventos ao vivo no Altice Arena”.*

1331

1332 **C - Fundamentação da matéria de facto dada como sumariamente assente:**

1333 Os factos que se deram como perfunctoriamente assentes decorrem da análise

1334 conjugada da prova produzida nos autos, mormente o próprio processado dos autos,

1335 bem como o processado do procedimento administrativo, a documentação junta e não

1336 impugnada, bem assim como a falta de impugnação das partes contrárias (n.º 2 do

1337 artigo 118.º do CPTA).



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria

2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

1338 Nesta medida, os seguintes factos decorrem do próprio processado dos autos,
1339 perante este tribunal: **factos provados n.ºs 1 a 3 e 64.**

1340 Já os seguintes resultam do processado em sede de procedimento
1341 administrativo: **factos provados n.ºs 12, 13, 23 a 29, 31 a 36, 38 a 60, 62, 63, 74, 83,**
1342 **84, 90 a 93 e 108.**

1343 Os factos que decorrem da ausência de impugnação são os seguintes: **factos**
1344 **provados n.ºs 4 a 11, 14 a 22, 30, 37, 65, 66 e 94 a 107.**

1345 Quanto à ausência de impugnação, importa referir que a posição das contra-
1346 interessadas os autos, é a posição de litisconsórcio necessário passivo com a
1347 entidade pública demandada (a AdC).

1348 O referido litisconsórcio necessário passivo é unitário com a AdC, sendo a
1349 posição processual das contra-interessadas, uma posição subordinada à da AdC. As
1350 contra-interessadas podem contestar, como contestaram, mas, porém, não lhes é
1351 lícito alterar o objecto do processo ou introduzir nos autos novos factos essenciais.

1352 Neste sentido, o acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, processo n.º
1353 2389/16.0BELSB, datado de 04.10.2017, in www.dgsi.pt explica nos seguintes termos:

1354 *“Tal litisconsórcio necessário passivo é unitário com a entidade pública*
1355 *demandada, porque na acção se formula um só pedido, ou um mesmo conjunto de*
1356 *pedidos, contra a Administração e os contra interessados, pedidos que vêm baseados*
1357 *numa única relação jurídico-administrativa material, substantiva. Mas a posição*
1358 *processual do contra-interessado será sempre uma posição subordinada à da*
1359 *Administração, tendo, nessa medida a sua actuação processual coarctada. Os contra-*
1360 *interessados podem contestar e alegar, mas não podem alterar o objecto do processo*
1361 *formulando pretensões autónomas, que defendam os seu próprio interesse, ou*
1362 *introduzir nos autos novos factos essenciais, assim como não poderão prosseguir a*
1363 *acção na eventualidade de o A. desistir da instância ou de algum dos pedidos.”*



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria

2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

1364 Assim sendo, sempre que a AdC não impugnou factos, essa ausência de
1365 impugnação prevaleceu sobre qualquer outra posição das Contra-interessadas sobre
1366 os factos.

1367 Os seguintes factos decorrem dos documentos juntos nos autos:

1368 - **facto n.º 61**: documento de fls. 19499 a 19501 (versão não confidencial) e fls.
1369 19496 a 19498 e 19502 a 19640 (versão confidencial). A mesma referência consta
1370 também do documento (enviado pelo Mandatário que supervisiona a aplicação dos
1371 compromissos) a fls. 18415 (versão confidencial) e também a fls.17879;

1372 - **facto n.º 61-A**: documentos 5, 3 e 4 da Oposição das Contra-interessadas;

1373 - **factos n.ºs 67 a 69**: moção de alteração apresentada pelo DOJ em 2020, junta
1374 como documento n.º 14 do requerimento inicial;

1375 - **factos n.ºs 70 e 71**: documento online, indicado pela Requerente como
1376 elemento probatório a considerar para esse feito in United States of America v.
1377 Ticketmaster Entertainment and Live Nation Entertainment, Motion to Modify Final
1378 Judgement and enter amended final judgement;

1379 - **factos 72 e 73 e 75 a 79**: documento online, indicado pela Requerente como
1380 elemento probatório a considerar para esse feito in DOJ's Complaint against Live
1381 Nation and Ticketmaster, 23 de Maio de 2024, disponível em:
1382 <https://www.justice.gov/atr/media/1353101/dl>;

1383 - **facto n.º 80**: documento online, indicado pela Requerente como elemento
1384 probatório a considerar para esse feito in
1385 [https://www.justice.gov/archives/opa/speech/attorney-general-merrick-b-garland-](https://www.justice.gov/archives/opa/speech/attorney-general-merrick-b-garland-delivers-remarks-lawsuit-against-live-nation)
1386 [delivers-remarks-lawsuit-against-live-nation](https://www.justice.gov/archives/opa/speech/attorney-general-merrick-b-garland-delivers-remarks-lawsuit-against-live-nation);



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria

2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

1387 - **facto n.º 81**: documento online, indicado pela Requerente como elemento
1388 probatório a considerar para esse feito in
1389 [https://www.justice.gov/archives/opa/speech/deputy-attorney-general-lisa-monaco-](https://www.justice.gov/archives/opa/speech/deputy-attorney-general-lisa-monaco-delivers-remarks-lawsuit-against-live-nation)
1390 [delivers-remarks-lawsuit-against-live-nation](https://www.justice.gov/archives/opa/speech/deputy-attorney-general-lisa-monaco-delivers-remarks-lawsuit-against-live-nation);

1391 - **facto n.º 82**: documento online, indicado pela Requerente como elemento
1392 probatório a considerar para esse feito in
1393 [https://www.justice.gov/archives/opa/speech/assistant-attorney-general-jonathan-](https://www.justice.gov/archives/opa/speech/assistant-attorney-general-jonathan-kanter-delivers-remarks-lawsuit-against-live-nation)
1394 [kanter-delivers-remarks-lawsuit-against-live-nation](https://www.justice.gov/archives/opa/speech/assistant-attorney-general-jonathan-kanter-delivers-remarks-lawsuit-against-live-nation); e

1395 - **factos n.ºs 85 a 89**: documento n.º 16 junto com o requerimento inicial.

1396 Importa referir que a indicação nesta decisão a algum meio de prova como
1397 alicerce à convicção do tribunal, sem que se indiquem as razões que determinaram a
1398 imputação de credibilidade ao mesmo, tal apenas significa que o meio de prova se
1399 alinha com padrões de verosimilhança, não sendo refutado por outro meio de prova
1400 que seja suficiente para o arrastar para a margem da linha da credibilidade nele
1401 depositado pelo tribunal.

1402 Para além disso, importa ainda referir que, no que tange a todos os elementos
1403 de prova que não forem indicados nesta sentença pelo tribunal, tal implica que os
1404 mesmos, apesar de devidamente analisados, não serviram para abalar a convicção do
1405 tribunal nos moldes que serão dissecados, ou porque estão em contradição com
1406 outros elementos de prova que o tribunal considerou assumirem maior imparcialidade
1407 ou porque se considera que a sua interpretação não permite infirmar o exposto ou
1408 porque existem outras provas mais objectivas e/ou que evidenciam uma maior
1409 proximidade com os factos provados respectivos, do que os que não foram referidos.

1410 ***



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria

2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

1411 **D - Indicação, interpretação e aplicação das normas jurídicas correspondentes:**

1412 A providência cautelar requerida é de **suspensão de eficácia de acto**
1413 **administrativo**, prevista na al. a) do n.º 2 do artigo 122.º do CPTA, segundo o qual se
1414 estabelece que é a mesma regida pela tramitação e é adoptada segundo os critérios
1415 previstos no título IV desse mesmo diploma legal.

1416 Nesta conformidade, é à luz dos n.ºs 1 e 2 do artigo 120.º do CPTA que o
1417 presente pedido de suspensão da eficácia da Decisão de não oposição à operação de
1418 concentração com a imposição de compromissos deve ser avaliado e decidido.

1419 Da leitura destes preceitos legais resulta que a suspensão da eficácia de um
1420 acto administrativo depende da verificação dos seguintes requisitos:

1421 i) a existência de fundado risco de constituição de uma situação de facto
1422 consumado ou da produção de prejuízos irreparáveis ou de difícil reparação para os
1423 interesses que a Requerente visa assegurar, ou seja, o denominado *periculum in*
1424 *mora*.

1425 O *periculum in mora* traduz-se no perigo de ocorrência de lesão ou dano para a
1426 Requerente consequente da demora da tutela do seu direito na acção principal. Perigo
1427 que a tutela cautelar visa prevenir com a urgência que se lhe encontra associada.

1428 O *periculum in mora* reveste-se de dois elementos: a demora e o dano
1429 decorrente dessa demora.

1430 O requisito do *periculum in mora* ocorre quando exista o fundado receio de que,
1431 quando o processo principal termine, a decisão que vier a ser proferida já não venha a
1432 tempo de dar resposta à situação jurídica carecida de tutela, ou porque a evolução
1433 das conjunturas durante a pendência do processo tornou a decisão inútil (perigo de
1434 infrutuosidade), ou porque tal evolução determinou a produção de danos de difícil
1435 reparação (perigo de retardamento).



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria
2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

1436 O *periculum in mora* não é um perigo genérico de dano (*vide* Isabel Celeste M.
1437 Fonseca, in Introdução ao estudo sistemático da tutela cautelar no processo administrativo - A
1438 propósito da urgência na realização da Justiça, Dissertação de Mestrado em Ciências jurídico-políticas,
1439 Almedina, Novembro de 1999).

1440 Deverá, assim, existir uma relação de causa e efeito entre a existência duma
1441 ameaça de dano e a demora do processo principal. O perigo tutelado é só o que
1442 esteja ligado à duração do processo ou por ele é exponenciado.

1443 Por seu turno, no que concerne aos danos ou prejuízos, importa também
1444 mencionar que terão ainda de consistir em danos ou prejuízos concretos, reais,
1445 efectivos, carecendo de relevância para o efeito os danos ou prejuízos indirectos,
1446 mediatos, meramente hipotéticos, conjecturais, eventuais (*vide*, por exemplo, os acórdãos
1447 do Supremo Tribunal de Justiça de 18.10.2012, processo n.º 79/12.2YFLSB, de 22.01.2008, processo
1448 n.º 1/09 e de 27.01.2016, processo n.º 151/15.7YFLSB, in www.dgsi.pt).

1449 **ii) a probabilidade da pretensão formulada ou a formular pela Requerente no**
1450 **recurso contencioso vir a ser julgada procedente, isto é, a denominada a existência**
1451 **de *fumus boni juris*.**

1452 A Requerente da providência invoca a existência de um direito e, para que a
1453 providência lhe seja concedida, exige-se a verificação de indícios razoáveis quanto à
1454 sua existência.

1455 Nesta conformidade, a lei não exige que o direito efectivamente exista, mas
1456 apenas que se verifique essa possibilidade ou probabilidade, isto é, exige que a
1457 Requerente demonstre que pode ser a titular do direito por si invocado.

1458 “*«Provável» é o que tem uma possibilidade forte de acontecer, sendo*
1459 *surpreendente ou inesperado que não aconteça. E, no domínio jurídico em que ora*
1460 *nos situamos, isso exige que algum dos vícios atribuídos pela requerente ao acto*
1461 *suspendendo se apresente já - na análise perfunctória típica deste género de*



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria

2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

1462 *processos - com a solidez bastante para que conjecturemos a existência de uma*
1463 *ilegalidade e a consequente supressão judicial do acto” - vide acórdão STA de*
1464 *04.05.2017, processo n.º 0163/17.*

1465 *“Assim, o julgador, com base nos factos sumariamente alegados, deve fazer um*
1466 *juízo de prognose, apoiado em simples critérios próprios do homo prudens, em*
1467 *presunções naturais ou de experiência, quanto à probabilidade de o direito de que o*
1468 *requerente se arroga titular vir a ser tutelado na acção principal de que a providência*
1469 *cautelar depende” - vide Marco Carvalho Gonçalves, in Providências Cautelares, 2016, 2.ª Edição,*
1470 *Almedina, 2016.*

1471 Nesta conformidade, o juiz deve socorrer-se de uma avaliação perfunctória,
1472 sumária e verosímil, quer sobre a matéria de facto alegada, quer sobre a matéria de
1473 direito, não devendo proferir juízos que tendam a substituir o juízo a realizar na acção
1474 principal.

1475 E, finalmente,

1476 **iii) a proporcionalidade entre os danos que se pretendem evitar com a concessão**
1477 **da providência e os danos que resultariam para o interesse público dessa mesma**
1478 **concessão e que, na ponderação dos interesses públicos e privados em presença,**
1479 **impõe que os danos decorrentes da concessão da providência em causa não se**
1480 **representem superiores àqueles que podem advir da sua recusa, ou, sendo-o,**
1481 **possam evitar-se ou atenuar-se mediante a adopção de outras providências**
1482 **(proporcionalidade e adequação entre os danos ou prejuízos que se pretende evitar**
1483 **com a concessão da providência e os que adviriam para o interesse público em**
1484 **resultado da concessão da mesma).**

1485 Tendo presentes os enunciados critérios legais, importa apreciar a sua
1486 verificação no caso concreto, relativamente ao requerimento de suspensão de eficácia
1487 da decisão da AdC em causa.



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria

2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

1488 **i) Do *periculum in mora*.**

1489 Quanto ao requisito da primeira parte do n.º 1 do artigo 120.º do CPTA -
1490 *existência de fundado risco de constituição de uma situação de facto consumado ou*
1491 *da produção de prejuízos irreparáveis ou de difícil reparação para os interesses que o*
1492 *requerente visa assegurar no processo principal (periculum in mora)*- invoca a
1493 Requerente, no essencial, que a não suspensão da decisão da AdC de não oposição
1494 a operação de concentração com imposição de compromissos lhe causará prejuízos
1495 de difícil e até mesmo impossível reparação, uma vez que a Requerente depende
1496 economicamente da MEO Arena, porquanto uma parte significativa das suas receitas
1497 são obtidas em espectáculos ali realizados, já que se trata de um espaço irreplicável
1498 no contexto nacional, tendo características únicas e que lhe permitem realizar
1499 espectáculos de maiores dimensões.

1500 Considera que a decisão da AdC pode ter um efeito de diminuição na
1501 capacidade do seu acesso à Arena, ou até mesmo o encerramento deste acesso, o
1502 que configuram cenários que provocarão danos económicos sérios para a
1503 Requerente.

1504 Defende que a possibilidade de se verificarem tais danos no curto prazo é, não
1505 só plausível, como provável porque foi a própria AdC que na decisão suspendenda
1506 afirmou que “*Seja para eventos em geral, seja, em particular, para as tours*
1507 *internacionais da LNE, conclui-se que a Notificante tem incentivos em integrar*
1508 *verticalmente a sua atividade de promoção em Portugal com a promoção de tours*
1509 *internacionais e, por essa via, aumentar a utilização da MEO Arena. Esse aumento de*
1510 *utilização pode ocorrer, potencialmente, em detrimento da utilização por terceiros*
1511 *concorrentes da Notificante, sendo de notar que a gestão da política de reservas e as*
1512 *suas garantias quanto à não discriminação dependem de fatores como a não*
1513 *utilização de informação sensível de concorrentes e a aplicação de critérios de não*
1514 *discriminação perante pedidos concorrentes para uma mesma data.*”



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria

2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

1515 Considera ainda que esse risco se materializa a partir do momento em que a
1516 LNE adquira o controlo da MEO Arena, ou seja, a partir do momento em que a
1517 Decisão suspendenda comece a produzir efeitos, já que aquela quererá rentabilizar o
1518 investimento feito na aquisição da MEO Arena o mais rapidamente possível.

1519 Explica ainda que a actividade de um promotor de espectáculos como a
1520 Requerente é particularmente sensível a fenómenos de progressão rápida e
1521 irreversível, comumente conhecidos como “*efeito de bola de neve*”, aliados ao risco
1522 inerente à actividade e à forma como esse risco tem que ser gerido pelo promotor.

1523 Explica igualmente que o risco de um promotor deriva essencialmente de dois
1524 factores:

1525 - a maior ou menor aleatoriedade do sucesso de um evento, que depende de
1526 variáveis como sejam a notoriedade do artista, o período do ano ou a data concreta do
1527 espectáculo, o recinto onde o mesmo se realiza, a ocorrência de eventos exógenos
1528 (intempéries, acidentes, conflitos) e o fluidez das operações logísticas necessárias à
1529 montagem do espectáculo; e

1530 - a obrigação (de natureza contratual) que sempre impende sobre o promotor de,
1531 perante o artista e de todas as outras contrapartes contratuais necessárias à
1532 montagem do espectáculo (como sejam o proprietário do recinto onde ocorrerá o
1533 espectáculo, fornecedores de palco, iluminação, etc), assumir os custos,
1534 independentemente do maior ou menor sucesso do espectáculo. Este encargo é
1535 particularmente oneroso perante artistas internacionais de primeira linha que não só
1536 exigem “*cachets*” muito elevados como exigem ser pagos antecipadamente no que
1537 toca à parte fixa do *cachet*.

1538 Isto significa que quer um espectáculo seja um sucesso, quer seja um fracasso,
1539 o promotor terá que fazer face aos mesmos custos, aqui residindo o *busílis* do risco da
1540 actividade, o que implica que um promotor que organize espectáculos de grande



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria
2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

1541 dimensão envolvendo artistas internacionais de primeira linha que cobram “cachets”
1542 muito onerosos necessita permanentemente de dispor de elevada liquidez em termos
1543 de meios financeiros.

1544 Se não dispuser de tal, não logrará realizar os pagamentos antecipados que lhe
1545 são exigidos pelos artistas e por proprietários de salas como a Arena Atlântico.

1546 Qualquer quebra da sua liquidez ditará a sua incapacidade para contratar o
1547 próximo artista ou solver os custos do anterior espectáculo, e ao ser incapaz de
1548 contratar o próximo artista o promotor vê de imediato ficar em causa a continuidade da
1549 sua actividade.

1550 Bastam duas ou três ocorrências incapacitadoras para quebrar a continuidade do
1551 ciclo financeiro que é requisito primordial da actividade da promoção de espectáculos
1552 (sobretudo aquela que incida sobre espectáculos de grande dimensão).

1553 Esgrime que o risco de se materializarem tais ocorrências no curto prazo em
1554 consequência da Decisão suspendenda produzir efeitos e, portanto, a LNE adquirir o
1555 controlo da MEO Arena, é elevado e plausível, bastando, para tal, que a LNE dificulte
1556 ou inviabilize o acesso da Requerente à MEO Arena algumas vezes, não
1557 disponibilizando a sala na data solicitada, ou aumentando o respectivo preço, ou
1558 cobrando antecipadamente custos que não cobra a outros promotores (ou a si
1559 mesma), ou oferecendo um “cachet” mais elevado (ou outras condições permitidas
1560 pela sua gigantesca capacidade financeira) a um artista que a Requerente pretenda
1561 contratar para um espectáculo a realizar na MEO Arena.

1562 Tal poderá ditar, de forma irreparável, a inviabilização da actividade da
1563 Requerente no curto prazo.

1564 Informa que tais efeitos de exclusão não são afastados pela implementação e
1565 monitorização dos compromissos.



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria
2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

1566 Primeiro porque a decisão suspendenda padece de vícios que afectam, entre
1567 outras coisas, a capacidade da Requerente observar e sindicar pela efectiva
1568 implementação dos compromissos, porquanto os seus elementos mais importantes se
1569 encontram confidencializados.

1570 Em segundo lugar porque todos os compromissos assumidos têm natureza
1571 comportamental, o que comporta um elevado risco de contorno, distorção e
1572 incumprimento, especialmente atento o histórico de violação reiterada de
1573 compromissos comportamentais da LNE, que levaram o DOJ a intentar uma primeira
1574 acção para reforçar o primeiro pacote de compromissos e uma segunda acção para
1575 procurar reverter os efeitos da fusão com a *Ticketmaster* em 2010 que permitiu à LNE
1576 alcançar o nível de integração vertical que agora demonstra.

1577 Em terceiro lugar, porque existe um histórico relacionado com a manifestamente
1578 insuficiente fiscalização dos compromissos comportamentais que haviam sido
1579 determinados no âmbito do procedimento Ccent. 38/2012, desde logo, porque o
1580 mandatário, [REDACTED], nomeado para proceder à fiscalização era,
1581 simultaneamente, presidente executivo da instituição bancária BIC, o que implicava
1582 uma muito reduzida disponibilidade para exercer tais funções, o que motivou diversas
1583 queixas à AdC formuladas pela Requerente ao longo do tempo, insuficiência que se
1584 manteve até ao presente, com total ausência de fiscalização no decurso do
1585 procedimento aqui em causa e a constante complacência da AdC.

1586 Ora, salvo o devido respeito por melhor entendimento, os factos alegados pela
1587 Requerente não se mostram suficientes para que o tribunal possa concluir pela
1588 existência de um verdadeiro *periculum in mora*.

1589 O receio que a Requerente manifesta da LNE poder aumentar a utilização da
1590 MEO Arena, em seu detrimento, enquanto concorrente directa desta LNE, mostra-se
1591 totalmente acautelado pela decisão da AdC suspendenda.



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria

2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

Na verdade, a decisão suspendenda não se limitou a observar a possibilidade de existir prejuízos para a concorrência efectiva derivados da operação de concentração. Antes os observou, nos termos indicados pela própria Requerente e, perante eles, estabeleceu compromissos que visam precisamente garantir aquela concorrência e o equilíbrio na utilização do MEO Arena.

Esses compromissos:

i. garantem o acesso de todos os promotores à MEO Arena com base em termos não discriminatórios;

ii. reduzem os preços base da MEO Arena em pelo menos 5%;

iii. aplicam um congelamento de preços e adoptam salvaguardas para garantir que os preços da MEO Arena permanecem não discriminatórios perante qualquer alteração hipotética futura;

iv. estabelecem um limite máximo de utilização da MEO Arena pela LNE e pela R&B;

v. simplificam a política de reservas da MEO Arena;

vi. aumentam as obrigações de reporte da Arena Atlântico para facilitar a fiscalização pelo mandatário de monitorização da obrigação de não esmagamento das margens;

vii. reforçam a liberdade de os promotores terceiros utilizarem a empresa de bilhética da sua preferência;

viii. introduzem procedimentos mais robustos para proteger a informação comercial sensível de promotores terceiros e operadores de *ticketing* terceiros;

ix. simplificam o mecanismo de reclamação; e



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria

2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

1615 x. propõem a nomeação de um novo mandatário de monitorização.

1616 Nesta medida, os receios avançados pela Requerente mostram-se amplamente
1617 acautelados pelos compromissos estabelecidos pela AdC em sede da própria decisão
1618 suspendenda.

1619 Por outro lado, a Requerente refere que não tem motivos para crer que tais
1620 compromissos sejam suficientes para acautelar os perigos que identificou.

1621 Primeiro porque não consegue sindicar a efectiva implementação dos
1622 compromissos porque parte da decisão nessa parte foi confidencializada.

1623 Ora, a AdC propôs a nomeação de um novo mandatário de monitorização, o qual
1624 efectivamente foi nomeado, não existindo nos autos notícia de qualquer tipo de atitude
1625 menos diligente da sua parte ou sequer a mera possibilidade desse tipo de conduta
1626 menos zelosa.

1627 Aliás, nem a Requerente coloca em causa a capacidade do novo Mandatário em
1628 monitorizar o cumprimento dos compromissos assumidos pela LNE.

1629 Situa a sua alegação no passado, aludindo a uma fraca verificação por parte de
1630 um Mandatário dos Compromissos de 2012, mandatário esse que nunca exerceu
1631 funções enquanto Mandatário dos Novos Compromissos no âmbito do caso concreto
1632 em apreço, pelo que, com todo o respeito, a alegação acerca de falta de diligência de
1633 um Mandatário anterior, cujas funções já cessaram, se mostra absolutamente
1634 inoperante para que a Requerente possa fazer valer o direito de que se arroga.

1635 Muito pelo contrário, tem um efeito irremediavelmente inverso à sua pretensão.
1636 Não podemos deixar de observar que mesmo tendo sido realizada a fraca fiscalização
1637 que a Requerente diz que foi realizada, tal não a impediu de ser, segundo ela, a maior
1638 utilizadora do Pavilhão Meo Arena, não existindo notícia de danos irreparáveis para a



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria

2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

1639 Requerente decorrentes dessa fraca fiscalização, num período de mais de 10 anos em
1640 que vigoraram os Compromissos de 2012.

1641 Por isso, existindo uma pessoa que foi efectivamente nomeada para verificar o
1642 cumprimento dos compromissos pela LNE, que desta é independente, o receio da
1643 Requerente é meramente abstracto e suportado em meras conjecturas da
1644 Requerente, que não são sequer por si densificadas.

1645 Por seu turno, a reclamação que a Requerente realiza no sentido da decisão se
1646 encontrar parcialmente confidencializada, não é motivo para afirmar que os
1647 compromissos não serão cumpridos, precisamente porque existe um mandatário de
1648 monitorização, a quem compete essa fiscalização durante a pendência dos autos
1649 principais.

1650 O acto de confidencialização da decisão suspendenda é um acto administrativo
1651 autónomo que não contende com a bondade do acto suspendendo e que se impugna
1652 por via da acção principal. Ou seja, as consequências que podem advir do acto
1653 suspendendo não provêm do acto autónomo de confidencialização que não tem o
1654 condão de alterar a situação jurídica definida pelo primeiro.

1655 Para afastar a eficácia dos compromissos assumidos, cujo incumprimento teria o
1656 condão de fazer perigar a sua solvabilidade, a Requerente também esgrime que a
1657 decisão suspendenda padece de vícios que afectam, entre outras coisas, a
1658 capacidade da Requerente observar e sindicar a efectiva implementação dos
1659 compromissos, porquanto os seus elementos mais importantes se encontram
1660 confidencializados.

1661 Ora, o requisito de *periculum in mora* que se analisa não se confunde com o
1662 requisito de *fumus bonis iuris*. O facto de um qualquer acto cuja eficácia se pretende
1663 ver suspensa padecer de eventual vício formal não implica necessariamente que do
1664 mesmo derive um “*fundado receio da constituição de uma situação de facto*”



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria

2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

1665 *consumado ou da produção de prejuízos de difícil reparação para os interesses que o*
1666 *requerente visa assegurar no processo principal*’.

1667 Para além disso, reforçamos que a AdC propôs a nomeação de um novo
1668 mandatário de monitorização independente, o qual efectivamente foi nomeado, não
1669 existindo sinal nos autos de uma qualquer conduta menos diligente ou a mera
1670 possibilidade desse tipo de conduta menos zelosa.

1671 A Requerente também advoga que todos os compromissos assumidos têm
1672 natureza comportamental, o que comporta um elevado risco de contorno, distorção e
1673 incumprimento, especialmente atento o histórico de violação reiterada de
1674 compromissos comportamentais da LNE, que levaram o DOJ dos EUA a agir nos
1675 termos acima identificados.

1676 No que tange a este argumento, o facto dos compromissos terem uma natureza
1677 meramente comportamental não é sinónimo de possibilidade de incumprimento que
1678 implique fundado receio da constituição de uma situação de facto consumado ou da
1679 produção de prejuízos de difícil reparação para os interesses que a Requerente visa
1680 assegurar no processo principal.

1681 Na verdade, também os Compromissos de 2012 eram compromissos de
1682 natureza comportamental e a solidez financeira da Requerente não foi posta em
1683 causa por essa circunstância.

1684 Aliás, queixar-se a Requerente do facto da AdC ter adoptado obrigações com
1685 carácter comportamental (por contraposição a obrigações estruturais) e desenhar
1686 essa situação como extraordinária, não pode deixar de se considerar algo inusitado.
1687 Com efeito, já em 2012, na situação da operação de concentração referenciada como
1688 Ccent. 38/2012 - Arena Atlântida/Pavilhão Atlântico*Atlântico S.A. (aquisição
1689 projectada pela Arena do controlo exclusivo do Pavilhão Atlântico e da Atlântico),
1690 foram adoptadas obrigações comportamentais e foram essas obrigações



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria

2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

1691 comportamentais que orientaram a actividade na aqui Requerente, enquanto maior
1692 beneficiária das mesmas, já que é a própria que se diz a maior utilizadora do Meo
1693 Arena.

1694 Mais de dez anos duraram esses compromissos e após 10 anos de duração
1695 desses compromissos, a Requerente vem apelidar de situação extraordinária uma
1696 decisão da AdC que aprova, em situação idêntica, obrigações de natureza
1697 comportamental (embora refazendo as obrigações e tornando-as mais densificadas e
1698 restritas, segundo a situação concreta que a autoridade tinha em mãos). Não
1699 podemos deixar de considerar uma posição da Requerente algo inesperada.

1700 Quanto à verosimilhança dos compromissos poderem ser incumpridos pela LNE,
1701 a Requerente tem razão quando defende que tem um determinado prazo legal para
1702 propor a acção principal em juízo, parecendo, nesta análise sumária que aqui se faz,
1703 que a propôs atempadamente.

1704 Porém, não menos certo é que o facto da Requerente ter tido conhecimento da
1705 intenção da AdC de proferir uma decisão de não oposição à operação de
1706 concentração, com a adopção de compromissos, **desde 03.09.2024** (data em que foi
1707 notificada do Projecto de Decisão da AdC) e **apenas em 19.02.2025** ter apresentado a
1708 primeira petição inicial em que formulava o pedido da providência cautelar em
1709 conjunto com o pedido do processo principal, sem que tenha proposto uma
1710 providência cautelar antecipatória, não pode deixar de ser tido em conta pelo tribunal,
1711 independentemente das alegadas retaliações que teve de considerar na tomada de
1712 decisão de propor a acção em tribunal.

1713 Na verdade, a Requerente demorou cerca de **cinco meses** para ponderar intentar
1714 uma providência cautelar.

1715 Invoca, todavia, que o acto administrativo é tão lesivo que lhe pode causar
1716 prejuízos que a condenarão à sua inviabilidade financeira, mas ainda assim aguardou



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria

2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

1717 5 meses para perceber se a alegada inviabilidade financeira justificava ou não os
1718 riscos de retaliação. Se os riscos de inviabilidade financeira da Requerente por
1719 incumprimento dos compromissos da LNE fossem assim tão evidentes, estamos
1720 certos que a decisão mais racional seria tentar impedir os seus efeitos o quanto antes,
1721 até mesmo para evitar a operacionalização da concentração no mercado e
1722 consequentemente os alegados riscos de retaliação da LNE.

1723 Mas não. A Requerente aguardou 5 meses, tempo esse em que se colocou no
1724 alegado risco que agora vem tentar impedir, sendo que esse tempo de espera foi
1725 suficiente para a AdC proferir a decisão (anteriormente anunciada à EIN) e a operação
1726 de concentração ser implementada no mercado (em 17.01.2025).

1727 Com todo o respeito, o compasso de espera realizado pela Requerente indica
1728 que esta acabou tacitamente por aceitar e se manter na situação de perigo que só
1729 agora vem alegar ao tribunal, o que implica que não se justifique a concessão desta
1730 providência cautelar.

1731 Na verdade, conforme explica Joana Maria Coimbra Castanheira (in As
1732 Providências Cautelares e os Requisitos para o seu Decretamento - Confronto entre o Processo
1733 Administrativo e o Processo Civil, in Dissertação no âmbito do 2.º Ciclo de Estudos em Direito
1734 conducente ao grau de Mestre, na Área de Especialização em Ciências Jurídico-Políticas/Menção em
1735 Direito Administrativo orientada pelo Professor Doutor Fernando Licínio Lopes Martins e apresentada
1736 na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2018), ***“para além dos requisitos
1737 da gravidade e da dificuldade de reparação, alguma doutrina e jurisprudência
1738 defendem ainda que a lesão deverá ser actual e iminente.***

1739 ***“No que se refere a estas duas características adicionais que a doutrina associa
1740 à lesão, diz-se que a lesão deverá estar prestes a ocorrer ou muito próxima de se
1741 verificar. Rita Lynce de Faria refere que se impõe que haja indícios de que a lesão
1742 possa ocorrer a qualquer momento (...).***



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria

2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

1743 *“Desta forma, a doutrina defende que o perigo ou ameaça que recai sobre o*
1744 *direito do requerente deverá ser contemporâneo à providência.*

1745 *“Nessa medida, a providência deverá ser recusada nas situações em que o*
1746 *perigo já existia anteriormente ao requerimento da providência e o requerente se*
1747 *conformou com a situação, não tendo tomado qualquer atitude ou reacção durante um*
1748 *largo período de tempo, tendo apenas requerido a providência muito depois do*
1749 *surgimento do perigo de lesão. Ora, se o requerido aceitou e se manteve na situação*
1750 *de perigo só agora alegada, não se justifica a concessão a posteriori da providência*
1751 *cautelar.” (sublinhado nosso)*

1752 Mas mesmo que se considere actual o perigo que é identificado pela
1753 Requerente, importa analisar os argumentos que expende a fim de justificar a
1754 verosimilhança do incumprimento dos compromissos pela LNE.

1755 Para o efeito, a Requerente remeteu para um historial de violação reiterada de
1756 compromissos comportamentais da LNE, que levaram o DOJ a intentar uma primeira
1757 acção para reforçar o primeiro pacote de compromissos e uma segunda acção para
1758 procurar reverter os efeitos da fusão com a Ticketmaster em 2010 que permitiu à LNE
1759 alcançar o nível de integração vertical que agora demonstra.

1760 Ora, em primeiro lugar, os contornos dos pacotes de compromissos americanos
1761 não são sequer alegados pela Requerente, a fim de demonstrar que os compromissos
1762 que a AdC gizou são tão débeis como aparentemente terão sido os compromissos
1763 assumidos na ordem jurídica americana.

1764 Ao contrário, o que decorre do **facto provado n.º 71** é que o primeiro pacote de
1765 compromissos americanos teve de ser alterado em 2020, pois não eram de fácil
1766 leitura e permitiam a existência de um risco de contorno.



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria

2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

1767 Lidos os compromissos que constam da decisão supendenda, são eles de fácil
1768 leitura e a Requerente não explica como é que, ao contrário, permitem um risco de
1769 contorno.

1770 No fundo, a Requerente limita-se, de forma absolutamente vaga e abstracta, a
1771 referir que, na sua globalidade, tudo o que são obrigações comportamentais são
1772 passíveis de ser contornadas, mas não explica como é que estas concretas
1773 obrigações comportamentais podem ser facilmente contornadas, se existe um
1774 Mandatário de Monitorização independente que vigia o seu cumprimento.

1775 Resulta também desse **facto n.º 71**, que no caso americano não existia um
1776 mandatário de monitorização independente, tendo de ser nomeado um em 2020. Ora,
1777 no caso português, frisamos, existe um mandatário de monitorização independente,
1778 sendo que a Requerente não explica a existência de um qualquer risco de
1779 complacência do mesmo a possíveis incumprimentos por parte da LNE.

1780 O Mandatário fiscalizará a política de reservas trimestralmente e, desde a data
1781 em que iniciou funções em Dezembro de 2024 e até ao presente, já manteve 64
1782 interacções com a AdC.

1783 Não descuramos que existem indícios de que os compromissos americanos de
1784 2020 também terão sido incumpridos pela LNE, já que em 23 de Maio de 2024 o DOJ
1785 intentou em Tribunal, uma acção judicial contra a LNE e a sua subsidiária
1786 Ticketmaster por infracções ao direito da concorrência e por alegada reiterada
1787 violação dos compromissos assumidos não só em 2010, mas também em 2020.

1788 Porém, não podemos transportar para o cenário português a realidade
1789 americana, estando em causa situações absolutamente distintas, em termos de
1790 mercados e em termos de compromissos assumidos.

1791 Conforme decorre do **facto provado n.º 76**, nos EUA, a LNE gere directamente
1792 mais de 400 artistas musicais e, no total, controla cerca de 60% das promoções de



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria

2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

1793 concertos nas principais salas de espectáculos do país. A Live Nation também detém
1794 ou controla mais de 265 salas de espectáculos na América do Norte, incluindo mais
1795 de 60 dos 100 maiores anfiteatros dos Estados Unidos. E através da Ticketmaster, a
1796 Live Nation controla cerca de 80% ou mais da venda primária de bilhetes para
1797 concertos nas principais salas de espectáculos e uma quota crescente dos
1798 revendedores de bilhetes no mercado secundário.

1799 Trata-se de uma influência sem comparação em relação ao mercado português.

1800 No mercado português não há qualquer tipo de evidência de que a LNE se
1801 prepara para incumprir os compromissos assumidos e não é pelo facto de existir
1802 indícios de incumprimento no ordenamento jurídico americano (indícios, frisamos,
1803 porque não há uma decisão judicial transitada em julgado) que nos permite concluir
1804 que os compromissos adoptados no território luso não serão cumpridos.

1805 A Requerente não identifica sequer uma possibilidade plausível e objectiva de
1806 incumprimento dos compromissos gizados na Decisão suspendenda, não alegando
1807 qualquer tipo de acto preparatório que permita prever, de forma lógica e objectiva, a
1808 ocorrência do incumprimento que receia em território nacional.

1809 É verdade que a LNE é a mesma empresa quer em Portugal quer nos EUA. Mas
1810 nem o mercado nem as circunstâncias adjacentes ao mesmo são iguais em Portugal e
1811 nos EUA, não sendo identificadas pela EIN circunstâncias concretas, em razão do
1812 mercado português, que permitam concluir pela elevada probabilidade de
1813 incumprimento dos compromissos assumidos pela LNE. A AdC analisou, como devia,
1814 as circunstâncias inerentes ao mercado português, identificou riscos e perante esses
1815 riscos determinou compromissos para impedir a verificação desses riscos, em razão
1816 das concretas circunstâncias que se lhe apresentaram.

1817 Ademais, implementada a operação de concentração no mercado desde
1818 17.01.2025, não se evidencia um único comportamento da LNE no sentido de ser



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria

2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

1819 presumível, segundo critérios objectivos, que irá incumprir os compromissos
1820 designados na decisão suspendenda.

1821 Para além disso, não se identifica incentivos para a LNE incumprir os
1822 Compromissos constantes da decisão suspendenda, na medida em que a
1823 consequência directa é a possibilidade da AdC determinar que a concentração se
1824 desfaça - *vide* decisão suspendenda, onde se escreveu o seguinte:

1825 ***“497. Configurando os compromissos, obrigações de resultado, a não obtenção***
1826 ***do resultado previsto com o compromisso, corresponderá a um incumprimento do***
1827 ***mesmo, independentemente de a inexecução se dever a causa não imputável à***
1828 ***notificante, sendo, pois, o risco de execução dos compromissos integralmente***
1829 ***assumido pela notificante, estando previstas as consequências jurídicas do***
1830 ***incumprimento, desde a revogabilidade da decisão da AdC de não oposição à***
1831 ***nulidade dos negócios jurídicos relacionados com a operação de concentração. Estas***
1832 ***consequências deverão, necessariamente, ser incorporadas nos incentivos da***
1833 ***Notificante para cumprir os compromissos.”***

1834 A acrescentar ao exposto, não podemos deixar de observar que os perigos que a
1835 Requerente invoca acabam por não decorrer directamente da demora na decisão
1836 judicial a proferir no processo principal. Reforçamos que é esse perigo da demora na
1837 tutela principal que a tutela cautelar visa prevenir e não outro.

1838 Como refere Joana Maria Coimbra Castanheira (in As Providências Cautelares e os
1839 Requisitos para o seu Decretamento - Confronto entre o Processo Administrativo e o Processo Civil, in
1840 Dissertação no âmbito do 2.º Ciclo de Estudos em Direito conducente ao grau de Mestre, na Área de
1841 Especialização em Ciências Jurídico-Políticas/Menção em Direito Administrativo orientada pelo
1842 Professor Doutor Fernando Licínio Lopes Martins e apresentada na Faculdade de Direito da
1843 Universidade de Coimbra, Coimbra, 2018), ***“não se trata de prevenir o risco geral de dano***
1844 ***jurídico, ao qual todos os direitos se encontram expostos e para os quais existe***
1845 ***protecção noutros institutos de natureza preventiva. Pelo contrário, deverá tratar-se de***
1846 ***danos causados pela demora da tutela principal.”***



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria

2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

Os perigos que a Requerente invoca acabam por decorrer antes da eventual incapacidade do novo Mandatário em identificar os alegados e possíveis incumprimentos dos Compromissos por parte da LNE e de lhes por cobro de forma atempada e da eventual demora que possa resultar da decisão da AdC sobre a revogabilidade da decisão de não oposição, nos termos que constam do ponto 497 da decisão suspendenda.

Adrede, em caso de incumprimento, está salvaguardado outro meio de tutela previsto no n.º 4 do artigo 56.º, ex vi do n.º 3 do artigo 57.º do RJC, que consiste na possibilidade da AdC poder adoptar, a todo o tempo, as medidas provisórias que se revelem necessárias e adequadas para restabelecer, tanto quanto possível, a situação que existia antes da concentração de empresas, nomeadamente a separação das empresas ou dos activos agrupados, incluindo a reversão da operação ou a cessação do controlo.

Na ausência de alegação concretizada por parte da Requerente em relação àquela incapacidade de resposta atempada quer do Mandatário, quer da AdC, tal redunda na queda da presente providência no insucesso, sendo que os alegados perigos que a Requerente invoca não decorrem, assim, directamente do decurso do tempo processual da acção principal.

Para além de decorrerem daquela incapacidade, os mesmos alegados perigos decorrem ainda da própria conduta da LNE.

Relembramos que, segundo a jurisprudência reiterada do Supremo Tribunal de Justiça a verificação do requisito do *periculum in mora* implica que os danos ou prejuízos a suportar pelo requerente resultem directa, imediata e necessariamente da execução do acto cuja suspensão se requer (*vide* acórdão do STJ de 21.03.2019, processo n.º 6/19.6YFLSB, in <https://jurisprudencia.pt> e a jurisprudência aí citada a esse propósito).



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria

2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

1872 Reforçamos, pois, que os prejuízos alegados pela Requerente, de poder quedar
1873 numa situação de inviabilidade económica, caso o acesso ao MEO Arena lhe venha a
1874 ser coarctado de forma mais ou menos reiterada pela LNE, não decorre directamente
1875 da decisão suspendenda. Até porque durante cerca de 10 anos vigoraram, em
1876 situação similar, os efeitos de uma decisão de não oposição a operação de
1877 concentração, com a imposição de compromissos (os Compromissos de 2012),
1878 compromissos esses inclusivamente menos apertados do que aqueles que
1879 consubstanciam os actuais, e não foi por isso que a Requerente deixou de ser viável
1880 financeiramente e de constituir, como a própria refere, a maior utilizadora do MEO
1881 Arena.

1882 Os prejuízos alegados decorrem antes de uma situação de terceiro, como sendo
1883 a possibilidade da LNE não cumprir com os compromissos a que se obrigou.

1884 Deste modo, os prejuízos alegados pela Requerente não constituem sequer a
1885 consequência directa, imediata e necessária da decisão da AdC cuja suspensão é
1886 requerida. A execução da decisão não produz o efeito de tornar financeiramente
1887 inviável a Requerente, nem impede a mesma de utilizar a MEO Arena, antes assegura
1888 directamente essa possibilidade, sendo certo que apenas caso exista incumprimento
1889 da LNE é que a Requerente poderá observar os alegados prejuízos.

1890 Mas quanto a esse incumprimento, quer os próprios Compromissos assumidos,
1891 quer a própria lei (n.º 4 do artigo 56.º, ex vi do n.º 3 do artigo 57.º do RJC) prevêem
1892 incentivos e mecanismos de os fazer cessar de forma provisória.

1893 Acresce ainda e finalmente que a Requerente alude a danos sérios e à
1894 possibilidade de inviabilidade financeira, quando nada alegou no sentido de se
1895 perceber em que medida a dificuldade ou mesmo a obstrução de acesso ao Meo
1896 Arena por parte da LNE implicaria de facto a sua inviabilidade financeira.



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria

2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

1897 A Requerente alega, de forma genérica, que grande parte das suas receitas
1898 provêm dos espectáculos que realiza nesse pavilhão.

1899 O impedimento de utilização desse espaço implicaria, assim, uma significativa
1900 degradação dos seus resultados e da sua rendibilidade. Porém, a Requerente não
1901 explicou em que medida perderia a sua rentabilidade.

1902 Aliás, existem espectáculos de dimensões grandiosas que podem ser realizados,
1903 durante a Primavera e o Versão, noutros espaços igualmente grandes, como estádios
1904 de futebol, como é exemplo a recente da passagem dos *Gun N'Roses* por Portugal, no
1905 Estádio de Coimbra, que foi publicitado como tendo sido promovido precisamente pela
1906 aqui Requerente Everything Is New.

1907 A Requerente não alegou um qualquer impacto concreto nas suas vendas e
1908 serviços que decorreria do impedimento de utilizar o Meo Arena, nem que fosse por
1909 estimativa. Tal não era difícil de realizar. Bastava efectuar uma aproximação das suas
1910 receitas auferidas, num determinado período de tempo relevante, por via de
1911 espectáculos no Meo Arena que não poderiam ser realizados em nenhum outro
1912 espaço, quer pelas condições climatéricas, quer pelas próprias características
1913 específicas do espectáculo. A Requerente teve 5 meses para intentar a providência
1914 cautelar, tempo mais do que suficiente para conseguir realizar esse tipo de avaliação
1915 aproximada.

1916 Para além disso, a Requerente alude a um efeito bola de neve.

1917 Alegou e perfunctoriamente provou que um promotor que organize espectáculos
1918 de grande dimensão envolvendo artistas internacionais de primeira linha que cobram
1919 “cachets” muito onerosos necessita permanentemente de dispor de meios financeiros
1920 e que se não dispuser de tal, não logrará realizar os pagamentos antecipados (que,
1921 em regra, precedem em muitos meses, por vezes mais de um ano, o espectáculo) que
1922 lhe são exigidos pelos artistas e como podem ser exigidos por proprietários de salas.



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria

2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

1923 Também sumariamente provou que uma quebra na liquidez poderá incapacitar a
1924 contratação de outros artistas ou de liquidar os custos do anterior espectáculo, o que
1925 pode comprometer a continuidade da sua actividade e que bastam duas ou três
1926 ocorrências incapacitadoras para quebrar a continuidade do ciclo financeiro que é
1927 requisito primordial da actividade da promoção de espectáculos (sobretudo aquela
1928 que incida sobre espectáculos de grande dimensão).

1929 Porém, mas nada esclareceu sobre se tem acesso a crédito junto da banca ou
1930 se detém ou não liquidez suficiente para poder suportar ocorrências incapacitadoras e
1931 durante quanto tempo. Na verdade, pode haver uma quebra da continuidade do ciclo
1932 financeiro, que se refere à manutenção do fluxo de dinheiro e actividades financeiras
1933 da empresa, sem interrupções significativas, sem que tal implique uma inviabilidade
1934 financeira automática, a não ser que não exista possibilidade de recurso a crédito ou
1935 que inexista fundos suficientes.

1936 Ora, nesta conformidade, consideramos que a Requerente não alegou e
1937 demonstrou um fundado receio da sua inviabilidade imediata, total e definitiva até à
1938 prolação da decisão na acção principal.

1939 Assim, no contexto da de mais factualidade indiciariamente provada, afastamos
1940 o cenário da superveniência de uma situação de facto consumado relevante em
1941 prejuízo dos interesses defendidos pela Requerente. Não está alegada uma
1942 paralisação da actividade da Requerente pois, à luz das regras da experiência comum
1943 e atendendo à *summaria cognitio* que caracteriza o juízo em questão, é razoável
1944 presumir que uma empresa cuja actividade consiste na promoção de espectáculos e
1945 eventos não paralise durante o processo principal e até à decisão final que lá venha a
1946 ser proferida, ao ponto de a tornar inviável financeiramente, ainda que lhe possa ser
1947 barrado o acesso ao Meo Arena.

1948 Com efeito, ainda que se pudesse conjecturar uma possibilidade de barragem de
1949 acesso ao Meo Arena por parte da LNE à Requerente (o que, reiteramos,



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria

2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

consideramos que não existem elementos suficientes para tal), uma mera previsibilidade de efeitos negativos no negócio da Requerente, sem que esteja identificado qualquer grau ou medida, não é susceptível de integrar o requisito legal da al. b) do n.º 1 do artigo 120.º do CPTA, de *“prejuízos de difícil reparação”*.

“Ora, se há lição que se retira de toda a doutrina e jurisprudência conhecidas é a necessidade de tempero, equilíbrio e proporcionalidade na ponderação e extrapolação dos factos indiciários, não só por em casos como o vertente não existirem certezas absolutas, mas apenas hipóteses e probabilidades, como ainda por o preenchimento do critério “periculum in mora” não se bastar com a probabilidade de qualquer prejuízo, antes exigir o fundado receio de ocorrência de prejuízos que atinjam um grau de relevância e de nocividade para os interesses dos requerentes que se prefigure inadmissível e insuportável para o direito.” (vide acórdão do Tribunal Central Administrativo Norte de 17.06.2016, processo n.º 02627/15.7BEPRT, in www.dgsi.pt).

Os danos e prejuízos alegados pela Requerente configuram-se, pois, como sendo de natureza conjectural e eventual.

Para além do que ficou exposto, a suspensão dos efeitos da decisão da AdC não é uma providência adequada para impedir o perigo de inviabilidade económica da Requerente por impedimento total ou parcial de acesso ao Meo Arena.

Conforme acima já referimos, nos termos do 129.º do CPTA *“a execução de um acto não obsta à suspensão da sua eficácia quando desta possa advir, para o requerente ou para os interesses que este defenda ou venha a defender, no processo principal, utilidade relevante no que toca aos efeitos que o acto ainda produza ou venha a produzir”*.

Neste caso, a operação de concentração já se consumou na ordem jurídica, desde 17.01.2025.



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria

2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

1975 A operação de concentração não pode ser revertida por meio desta providência
1976 cautelar.

1977 A R&B e as suas subsidiárias controladas foram “integradas” na LNE e esta
1978 subsequentemente nomeou um novo Conselho de Administração da Arena Atlântico e
1979 novos gerentes para a R&B e a R&B HoldCo.

1980 Suspende os efeitos que o acto já executado produz ou venha a produzir é
1981 sinónimo de paralisação da execução do exercício de controlo por parte da Notificante
1982 sobre as empresas adquiridas (deixando de poder influenciar e dirigir as decisões
1983 financeiras e operacionais destas, incluindo a sua gestão, estrutura organizacional e
1984 tomada de decisões estratégicas).

1985 Suspende os futuros efeitos da decisão de não posição à concentração
1986 determinaria uma paralisação da actividade, por exemplo, da Arena Atlântico, que é
1987 quem gere e explora o pavilhão MEO Arena, o que determinaria constrangimentos ao
1988 nível da tomada de decisões por aquela empresa, impactando com o próprio acesso
1989 ao Meo Arena pela Requerente até à decisão final no processo principal.

1990 Até se poderia aceitar que a suspensão dos efeitos da decisão suspendenda
1991 eram compatíveis com a suspensão dos direitos de voto por parte da LNE e com a
1992 obrigação dos órgãos de administração apenas praticarem actos reconduzíveis à
1993 gestão normal das sociedades controladas, à semelhança do que dispõe a al. a) do
1994 n.º 4 do artigo 40.º do RJC.

1995 Porém, tendo em vista todos os problemas *jus* concorrenciais identificados pela
1996 AdC, em relação à operação de concentração, temos dificuldades em identificar actos
1997 de gestão normal com actos de decisão sobre a utilização do Meo Arena.

1998 Consequentemente, a presente providência teria o condão de implicar o efeito
1999 que a própria Requerente pretende evitar com a mesma: constrangimentos de acesso
2000 ao dito pavilhão e a sua consequente alegada inviabilidade financeira (sem prejuízo



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria

2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

2001 de considerarmos que essa inviabilidade não foi devidamente concretizada, pelos
2002 motivos já expostos).

2003 Para além disso, a suspensão da decisão da AdC teria igualmente o condão se
2004 suspender os compromissos assumidos pela LNE.

2005 Ao contrário do que vem sendo assumido pela AdC, ao longo do processo, não
2006 se vislumbra como é que juridicamente a suspensão dos efeitos de uma decisão
2007 concreta de não oposição a uma operação de concentração já operacionalizada no
2008 mercado pode implicar o renascimento dos Compromissos de 2012, aplicados a uma
2009 outra operação de concentração.

2010 Uma decisão cautelar que suspende efeitos de uma determinada decisão
2011 administrativa não é sinónimo de aplicar efeitos *ex tunc*, ou seja, não implica a
2012 retroactividade da decisão cautelar, fazendo estender os seus efeitos até ao momento
2013 do evento que deu origem à questão. A suspensão tem efeitos apenas a partir da data
2014 da decisão, não repondo a situação que existia anteriormente.

2015 Por isso, a suspensão daqueles efeitos teria o condão de suspender os novos
2016 compromissos que pretendem regular a utilização do Meo Arena.

2017 Em face do que fica dita e explorando todas as possibilidades:

2018 - ou se aceitava que decisões sobre a utilização do Meo Arena eram actos de
2019 gestão normal da Arena Atlântico e com os compromissos suspensos os riscos
2020 identificados pela AdC na decisão suspendenda poder-se-iam materializar,
2021 materializando-se os riscos que a própria Requerente pretende obstar com esta
2022 providência cautelar; ou

2023 - não se aceitava que decisões sobre a utilização do Meo Arena eram actos de
2024 gestão normal da Arena Atlântico, impossibilitando-se os órgãos de administração de
2025 tomar decisões sobre tal tema, o que implicaria a paralisação de acesso ao dito



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria

2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

2026 pavilhão e também se materializariam os riscos que a própria Requerente pretende
2027 obstar com esta providência cautelar; ou

2028 - se aceitava que decisões sobre a utilização do Meo Arena eram actos de
2029 gestão normal da Arena Atlântico e que os Compromissos de 2012 poderiam renascer
2030 na ordem jurídica (o que achamos muito difícil de defender, pelos motivos citados) e
2031 estar-se-ia a aplicar compromissos a uma operação de concentração desadequados,
2032 o que redundaria na possibilidade de materializar os riscos que a própria Requerente
2033 pretende obstar com esta providência cautelar; ou

2034 - se aceitava que decisões sobre a utilização do Meo Arena eram actos de
2035 gestão normal da Arena Atlântico e que os Novos Compromissos não necessitavam
2036 de ficar suspensos e aí não se vislumbra qualquer utilidade substancial nesta decisão.

2037 No fundo, neste momento, a providência cautelar não é adequada para
2038 acautelar os alegados prejuízos que a Requerente pretende ver acautelados nesta
2039 sede.

2040 No que tange a prejuízos para terceiros invocados pela Requerente, remetemos
2041 para o que mencionámos a propósito em sede da questão aflorada no saneamento
2042 identificada sob o item “**Da Falta de legitimidade da Requerente para invocar prejuízos**
2043 **para empresas terceiras e para consumidores**”.

2044 Por tudo o que ficou exposto, consideramos que não se verifica o primeiro
2045 requisito para a adopção da providência cautelar requerida de *periculum in mora*.

2046 Mas ainda que assim não fosse, também consideramos que não se verifica o
2047 outro requisito positivo necessário à procedência da providência, o *fumus bonis iuris*.



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria

2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

2048 **ii) Do *fumus boni juris*:**

2049 Defende a Requerente que, no procedimento administrativo, onde foi proferida a
2050 decisão suspendenda, foram cometidas evidentes ilegalidades, quer materiais, quer
2051 formais, que identifica ao longo do requerimento inicial.

2052 Relembramos que a análise que importa realizar, nesta sede cautelar, é
2053 meramente sumária e perfunctória, não podendo ser realizada uma análise que possa
2054 substituir-se à definição definitiva a realizar em sede da acção principal.

2055 Relembramos também que a probabilidade da existência do direito da
2056 Requerente implica, segundo aquele juízo, uma possibilidade forte de acontecer,
2057 sendo surpreendente ou inesperado que não aconteça, exigindo-se uma solidez
2058 bastante para que se conjecture a existência de uma ilegalidade e a consequente
2059 supressão judicial do acto.

2060 **a) Esgrime a Requerente EIN que existe uma violação ostensiva por parte da**
2061 **AdC do princípio da imparcialidade, do princípio da igualdade, do princípio da boa-fé e**
2062 **do princípio da administração aberta ínsitos, respectivamente, nos artigos 6.º, 9.º, 10.º**
2063 **e 17.º do CPA.**

2064 Neste âmbito, a Requerente alude à existência de uma reunião entre a LNE e o
2065 Conselho de Administração da AdC e a Direcção do Departamento de Controlo de
2066 Concentrações (DCC) da AdC, insurgindo-se contra o facto de não estarem presentes
2067 outros Profissionais/Técnicos Especialistas do DCC encarregues da instrução do
2068 procedimento administrativo, contra o facto de não ter sido lavrada uma acta da
2069 reunião e contra o facto de não lhe ter sido informado o teor da reunião de forma
2070 espontânea pela AdC.

2071 Com todo o respeito, de forma meramente sumária e perfunctória, não se
2072 vislumbra que o facto de não terem estado presentes outros Profissionais/Técnicos
2073 Especialistas do DCC encarregues da instrução do procedimento administrativo na



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria
2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

2074 reunião e de não ter sido realizada uma acta da mesma pode violar o princípio da
2075 imparcialidade, do princípio da igualdade, do princípio da boa-fé e do princípio da
2076 administração aberta ínsitos, respectivamente, nos artigos 6.º, 9.º, 10.º e 17.º do CPA.

2077 Por outro lado, também não se verifica, de forma sumária, que a AdC tenha
2078 mantido a reunião secreta ou se tenha furtado a prestar informações à Requerente
2079 sobre o seu conteúdo.

2080 Em primeiro lugar, não existe nenhuma norma que impeça a AdC, ainda que
2081 representada pelo seu Conselho de Administração e pela sua Direcção do DCC, de
2082 realizar reuniões com as empresas que notificam operações de concentração, nos
2083 termos e para os efeitos do disposto no artigo 37.º do RJC.

2084 Ao contrário, disciplina o n.º 1 do artigo 60.º do CPA que na sua participação no
2085 procedimento, os órgãos da Administração Pública e os interessados devem cooperar
2086 entre si, com vista à fixação rigorosa dos pressupostos de decisão e à obtenção de
2087 decisões legais e justas, o que pode incluir a realização de reuniões, se tal for
2088 considerado necessário e pertinente.

2089 Em segundo lugar, são as próprias Linhas de Orientação sobre a adopção de
2090 Compromissos em Controlo de Concentrações da AdC, de 28 de Julho de 2011 da
2091 AdC (in [https://www.concorrencia.pt/sites/default/files/Comunicado201109_DOC_2-](https://www.concorrencia.pt/sites/default/files/Comunicado201109_DOC_2-Linhas_de_Orientacao.pdf)
2092 [Linhas_de_Orientacao.pdf](https://www.concorrencia.pt/sites/default/files/Comunicado201109_DOC_2-Linhas_de_Orientacao.pdf)), tantas vezes trazidas à colação pela Requerente, que ditam
2093 que “*em fases fundamentais do processo, a realização de reuniões entre a AdC e as*
2094 *partes, que permitam à AdC expor as suas preocupações, poderá contribuir para uma*
2095 *melhor avaliação pelas Partes da oportunidade de apresentarem compromissos*
2096 *atempadamente*” (ponto 115).

2097 Mais ditam que “*os problemas suscitados pela operação de concentração são os*
2098 *transmitidos às partes de forma informal em reunião de “state of play” ou em eventual*
2099 *projecto de decisão de proibição notificado*” (nota de rodapé 111).



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria

2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

2100 Em terceiro lugar, também não existe norma legal que determine que qualquer
2101 tipo de contacto que seja realizado entre a entidade administrativa e qualquer
2102 interessado tenha de ser sujeita a uma acta.

2103 O CPA apenas alude à necessidade de elaboração de actas, em caso de
2104 reuniões de órgãos colegais - *vide* n.º 3 do artigo 21.º, artigo 34.º e n.º 2 do artigo
2105 150.º do CPA -, nas conferências procedimentais - *vide* n.º 7 do artigo 79.º, n.º 1 do
2106 artigo 80.º e n.º 3 do artigo 81.º do CPA - e na audiência de interessados a que alude
2107 o artigo 121.º e ss. do CPA - *vide* n.º 4 do artigo 123.º do CPA.

2108 Para além do exposto, deve a entidade administrativa optar por realizar uma acta
2109 de uma reunião sempre que pretenda utilizar na fundamentação da sua decisão
2110 elementos que decorram dessa reunião. Ou seja, não pode a decisão proferida
2111 basear-se em elementos e a eles lhes fazer referência como fundamento da decisão,
2112 nomeadamente em termos probatórios, que não constem documentados nos autos. O
2113 que não se julga ser o caso, lida a decisão suspendenda.

2114 Em quarto lugar, o princípio da imparcialidade visa assegurar a objectividade, a
2115 isenção, a independência, a neutralidade e a transparência, o qual tem especial relevo
2116 em procedimentos onde se observa a aplicação de poderes discricionários da
2117 administração, com recurso a juízos valorativos, com a vista a limitá-los. Esse
2118 princípio está consagrado no n.º 1, do artigo 266.º da CRP e no artigo 9.º do CPA.

2119 Como esclarece o acórdão do Supremo Tribunal Administrativo de 13.01.2005,
2120 processo n.º 0730/04, in www.dgsi.pt, ***“a violação do princípio da imparcialidade (...) não está dependente da prova de concretas actuações parciais, verificando-se sempre que um determinado procedimento faz perigar as garantias de isenção, de transparência e de imparcialidade. (...) É que, no fundo, à Administração não basta ser imparcial, exigindo-se também que pareça imparcial.”***
2124



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria

2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

2125 Por isso, nos cingimos à mera aparência das circunstâncias que foram relatadas
2126 pela Requerente e que se mostram vertidas nos factos sumariamente provados.

2127 Ora, salvo melhor opinião e num juízo meramente perfunctório, não
2128 vislumbramos em que medida a realização de uma reunião entre a AdC e a LNE
2129 podem configurar violação do princípio da imparcialidade. Sobretudo pela análise do
2130 próprio teor da reunião, que foi explicado pela AdC à Requerente, do qual não emerge
2131 qualquer prejuízo para esta ou qualquer tentativa de favorecimento da LNE.

2132 Depois, não resulta dos autos que a reunião tivesse sido realizada com natureza
2133 secreta, ao contrário do entendimento da Requerente. E tanto não teve que a
2134 ocorrência da mesma constava escrita no procedimento administrativo, o que permitiu
2135 à Requerente questionar a AdC acerca da sua realização.

2136 A Requerente limita-se a afirmar que após a realização da reunião a postura da
2137 AdC terá alterado e permitiu que a operação de concentração ocorresse, embora com
2138 compromissos.

2139 Porém, o que observamos é a tomada de uma decisão final, que avaliou o
2140 interesse público cuja prossecução está confiada à AdC (defesa da concorrência),
2141 com a imposição de um conjunto de compromissos que, na verdade, expurgam do
2142 mercado outros compromissos (os Compromissos de 2012), substituindo por outros
2143 que, de forma mais adensada, permitem a salvaguarda da concorrência. Não se vê
2144 assim, sumariamente, que a reunião tivesse tido o objectivo de criar vantagens para a
2145 Notificante da operação, em detrimento do interesse público.

2146 Ademais, numa análise sumária, o que verificamos é que, depois da reunião em
2147 apreço, foram documentados nos autos os Compromissos assumidos pela LNE, em
2148 relação aos quais, de forma transparente, tanto a aqui Requerente como outros
2149 operadores que representam os principais clientes da MEO Arena, foram chamados a
2150 apresentar as suas observações, tendo a AdC analisado e ponderado todas as



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria

2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

2151 observações apresentadas, não se vislumbrando, da leitura da decisão proferida,
2152 qualquer vestígio de parcialidade ou subjectividade por parte da Administração (no
2153 sentido desta se ter deixado influenciar pela EIN), nem a Requerente logrou identificar
2154 qualquer indicio de tal na decisão, apenas não concordando com o seu teor.

2155 Prova disso é que a AdC não aceitou os primeiros compromissos que a LNE
2156 havia apresentado, apenas tendo admitido outros, de cariz bem mais apertado e que,
2157 segundo o juízo técnico que lhe compete, defendem o interesse público de efectiva
2158 concorrência no mercado.

2159 Adrede, a ausência do cariz secreto é confirmada pela prova documental - junta
2160 pela Requerente, em sede do documento 6 do requerimento inicial, que em resposta
2161 às perguntas colocadas pela EIN, por e-mail de 18 de Abril de 2024, a AdC
2162 reconheceu a existência dessa reunião e forneceu detalhes sobre a data, duração,
2163 participantes e temas discutidos.

2164 Na verdade, por via do email de 6 de Maio de 2024, a AdC informou a EIN, do
2165 seguinte:

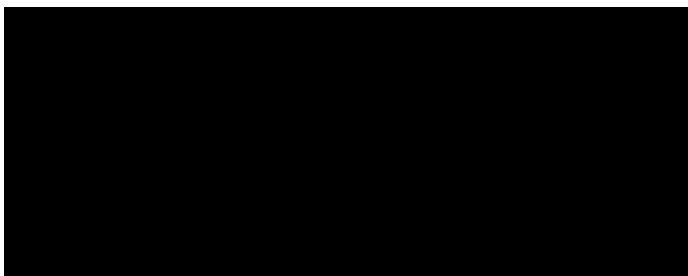
2166 *"(...) Em resposta ao requerimento apresentado, enviamos a informação*
2167 *solicitada relativa à reunião que teve lugar nas instalações da AdC no passado dia 27*
2168 *de fevereiro entre o CA [Conselho de Administração da AdC] e representantes da LN*
2169 *[LNE]:*

2170 *"a) nome e cargo de cada uma das pessoas da AdC e da comitiva da LNE que*
2171 *participou na reunião, incluindo advogados:*

2172 *"a.*

2173 *"b.*

2174 *"c.*





Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria

2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

2175

2176

2177

2178

2179

2180

2181

2182

2183

2184

2185

2186

2187

“b) agenda da reunião:

2188

“a. falar sobre a transação e sobre a Proposta de Pacote de Compromissos apresentada;

2190

“b. perceber as preocupações da AdC.

2191

“c) hora de começo e fim da reunião: 11h (hora de início) 12h30 (hora de fim)

2192

2193

“d) cópia de versão não-confidencial da apresentação que foi efetuada durante a reunião e de qualquer outro documento que tenha sido disponibilizado:



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria

2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

2194 *“a. não foi feita qualquer apresentação nem disponibilizado qualquer documento*
2195 *para junção aos autos.*

2196 *“e) razão pela qual não foi elaborada uma ata da reunião e a mesma não consta*
2197 *do processo:*

2198 *“a. o que a Live Nation pretendeu com este encontro foi o de promover o*
2199 *contacto direto do Presidente da Live Nation com a AdC com o intuito de apresentar o*
2200 *rational da transação, melhor perceber as preocupações da AdC e disponibilizar-se*
2201 *para a revisão dos compromissos necessária para viabilizar a operação.*

2202 *“Com os nossos melhores cumprimentos,*

2203 *“Pela equipa de instrução (...)”*

2204 Assim sendo, sumariamente analisada a factualidade em causa, não se observa
2205 a “relutância” da AdC, indicada pela Requerente, em informá-la da reunião.

2206 Também considera a Requerente que a AdC nem sequer ensaiou o mínimo que
2207 lhe seria exigível no sentido de mitigar a quebra do princípio da imparcialidade,
2208 através da informação prévia à Requerente da realização de uma reunião com a LNE,
2209 “para os efeitos procedimentais que a Requerente tivesse por convenientes”.

2210 Com todo o respeito, não se vislumbra nem a Requerente logra identificar, qual o
2211 normativo legal que impõe que a AdC tenha de informar os Contra-Interessados sobre
2212 contactos informais que mantém com Notificantes de operações de concentração e
2213 *vice-versa.*

2214 As Contra-Interessadas têm momentos próprios, legalmente previstos, para se
2215 pronunciarem e apresentarem os seus argumentos em sede do procedimento de
2216 controlo de concentrações - mediante a apresentação de observações (artigo 47.º do
2217 RJC) e mediante intervenção na audiência prévia (artigo 54.º do RJC). Esse



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria

2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

2218 procedimento foi, como resulta dos factos sumariamente provados, cumprido pela
2219 AdC.

2220 Ainda em relação ao princípio da imparcialidade, defende a Requerente que foi
2221 colocada no mesmo plano a instrução e a decisão, já que esteve em causa uma
2222 reunião com o Presidente e com os Vogais do Conselho de Administração da AdC
2223 (em acréscimo a direcção do serviço), as mesmas pessoas cujas assinaturas constam
2224 da Decisão suspendenda.

2225 Com todo o respeito, não se vislumbra e nem sequer a Requerente indica, que
2226 normativo legal foi violado que imponha que o Conselho de Administração da AdC,
2227 antes de decidir não pode comunicar com a Direcção do DCC - *vide* Estatutos da AdC
2228 aprovados pelo Decreto-Lei n.º 125/2014, de 18.08.2014, alterado pela Lei n.º
2229 17/2022, de 17.08.2022.

2230 Em quinto lugar, conforme refere o acórdão do Supremo Tribunal Administrativo
2231 de 16.04.2002, processo n.º 046378, in www.dgsi.pt, o princípio da igualdade impõe
2232 que a Administração aplique regimes iguais a situações iguais, e diferentes a
2233 situações de facto diferentes e só releva quando a administração não está vinculada a
2234 um determinado comportamento, pois se o estiver, os princípios da igualdade e da
2235 legalidade têm um significado coincidente.

2236 Para além disso, o princípio da igualdade na vertente procedimental impõe que a
2237 Administração, no desenrolar do procedimento administrativo, tenha o mesmo
2238 comportamento perante situações iguais

2239 Numa análise sumária, decorre dos factos indiciariamente assentes que a
2240 Requerente não solicitou uma reunião à AdC nos mesmos moldes que a LNE
2241 (incluindo com o Conselho de Administração da AdC e Direcção do DCC) e logo
2242 nunca lhe foi negada essa possibilidade, nem isso sequer é argumentado pela mesma
2243 Requerente.



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria

2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

2244 Ao invés, a AdC também realizou quatro reuniões com a Requerente, no âmbito
2245 do procedimento administrativo, a pedido desta - a 13 de Julho de 2023, a 8 de
2246 Setembro de 2023, a 20 de Novembro de 2023 (com a presença dos consultores
2247 económicos da EIN) e a 8 de Fevereiro de 2024 e também não surgem quaisquer
2248 actas dessas reuniões nos autos.

2249 Seria caso para questionar se não poderia também a LNE questionar a falta de
2250 imparcialidade da AdC, quando realizou essas reuniões e, em momento posterior, não
2251 aceitou os primeiros compromissos propostos por si?

2252 Com todo o respeito, parece que a Requerente apresenta dois pesos e duas
2253 medidas.

2254 Nesta conformidade, não se vislumbra ser presumível que tenha sido violado o
2255 princípio da igualdade.

2256 Em sexto lugar, quanto ao princípio da boa-fé e da confiança, ambos respeitam à
2257 necessidade de se ponderarem os valores fundamentais de direito, pertinentes no
2258 caso concreto, em função, designadamente, da confiança suscitada na contraparte
2259 por determinada actuação e do objectivo a alcançar (*vide* Diogo Freitas do Amaral, in “Curso
2260 de Direito Administrativo”, Vol. II, Almedina, 2009, págs. 133 a 138 e Marcelo Rebelo de Sousa e André
2261 Salgado de Matos, in Direito Administrativo Geral, Tomo I, 3.ª ed., Dom Quixote, 2008, págs. 220 a
2262 225).

2263 A violação dos princípios da boa fé e da confiança ocorre quando tenham sido
2264 criadas expectativas no particular minimamente sólidas, censurando-se os
2265 comportamentos que sejam desleais e incorrectos, bem como as afectações
2266 inadmissíveis, arbitrárias ou excessivamente onerosas (*vide* acórdãos do Tribunal
2267 Constitucional n.º 160/00, n.º 109/02 e n.º 128/02).

2268 O princípio da boa fé, no direito administrativo, está consagrado no artigo 6.º-A,
2269 do CPA



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria
2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

2270 Todavia e como esclarece o acórdão do Tribunal Central Administrativo Norte,
2271 de 09.04.2021, processo n.º 00839/18.0BEPRT, in www.dgsi.pt, a tutela da boa fé não
2272 é absoluta, porquanto só poderá ocorrer mediante a verificação de certos
2273 pressupostos, a saber:

2274 a) existência de uma situação de confiança, traduzida na boa fé subjectiva da
2275 pessoa lesada;

2276 b) existência de elementos objectivos capazes de provocarem uma crença
2277 plausível;

2278 c) desenvolvimento efectivo de actividades jurídicas assentes nessa crença; e

2279 d) existência de um autor a quem se deva a entrega confiante do tutelado.

2280 No caso em concreto, não se vislumbra, nem a Requerente explica, que
2281 comportamentos da AdC terão consistido numa infracção àqueles princípios, ou seja,
2282 que legítima confiança pode a Requerente ter criado que foi frustrada pela actuação
2283 da Administração.

2284 A legítima confiança de que não seriam realizadas reuniões entre a AdC e a
2285 LNE? Não se vislumbra actos da AdC que possam ter feito a Requerente acreditar
2286 que tal não ocorreria. Muito pelo contrário, tendo em vista o teor das acima
2287 mencionadas Linhas de Orientação sobre a adopção de compromissos em controlo de
2288 concentrações.

2289 A legítima confiança de que não seria adoptada uma decisão de não oposição
2290 com compromissos? Também não se vislumbra actos da AdC que possam ter feito a
2291 Requerente acreditar que tal não ocorreria.

2292 Em sétimo lugar, também não observamos, sumariamente, que o princípio da
2293 administração aberta possa ter sido violado. Tal princípio tem consagração no artigo



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria

2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

2294 17.º do CPA, onde se disciplina que ***“todas as pessoas têm o direito de acesso aos***
2295 ***arquivos e registos administrativos, mesmo quando nenhum procedimento que lhes***
2296 ***diga directamente respeito esteja em curso, sem prejuízo do disposto na lei em***
2297 ***matérias relativas à segurança interna e externa, à investigação criminal, ao sigilo***
2298 ***fiscal e à privacidade das pessoas.*”**

2299 Ora, não se verifica que à Requerente tenha sido vedado o acesso ao
2300 procedimento administrativo. Aliás, das suas próprias alegações concluímos que esse
2301 acesso sempre foi permitido, sem prejuízo das informações confidenciais constantes
2302 dos autos. Vedar o acesso a informações confidenciais não constitui qualquer violação
2303 do princípio em análise, já que é o próprio artigo 17.º do CPA que ressalva tal
2304 circunstância.

2305 Em suma, no domínio jurídico em que ora nos situamos, é exigível que algum
2306 dos vícios atribuídos pela Requerente ao acto suspendendo se apresente já - na
2307 análise perfunctória típica deste género de processos - com a solidez bastante para
2308 que conjecturemos a existência de uma ilegalidade e a consequente supressão
2309 judicial do acto (*vide* acórdão deste Supremo Tribunal de 15.09.2016, Processo n.º 79/16 e de
2310 08.03.2017, Processo 651/16, in www.dgsi.pt). Quanto ao vício que ora se analisou
2311 perfunctoriamente não consideramos ter-se por verificado o *fumus boni iuris*, ou seja,
2312 não consideramos ser provável, com este fundamento, a procedência da pretensão
2313 formulada no processo principal.

2314 b) A Requerente advoga que existe uma preterição reiterada ao longo do
2315 procedimento do direito a informação da Requerente, em violação do princípio da
2316 colaboração com os particulares consagrado no artigo 11.º do CPA e do direito a
2317 informação previsto nos artigos 82.º a 84.º do CPA, nomeadamente no acesso a
2318 informação constante do processo a que a Requerente tinha o direito de aceder, mas
2319 cujo acesso lhe foi negado.



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria

2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

2320 Com todo o respeito, analisado o procedimento administrativo no seu todo e
2321 analisando os factos que se mostram perfunctoriamente dados como assentes
2322 verificamos que a alegação da Requerente não parece poder vir a proceder em sede
2323 da acção principal.

2324 Na verdade, no que tange ao acesso aos anexos 5 a 14, 16 a 20 e 22 a 29 do
2325 Formulário de Notificação, em resposta ao requerimento apresentado no
2326 procedimento administrativo pela Requerente, foi a esta concedida cópia de uma nova
2327 versão não confidencial apresentada pela Notificante, bem como dos anexos
2328 desclassificados como confidenciais (anexos 5-6, 8-10, 16-17) e dos anexos
2329 relativamente aos quais foram apresentadas versões revistas (anexos 22-29), por
2330 intermédio da missiva de 30 de Maio de 2023 (fls. 3333-3366).

2331 No que respeita à alegação de violação do direito à informação quanto ao teor
2332 dos Compromissos, também em resposta ao requerimento apresentado no processo
2333 administrativo pela Requerente, foi a esta facultada uma cópia da nova versão não
2334 confidencial da Proposta de Compromissos apresentada pela Notificante LNE, para
2335 seu conhecimento e apreciação, tendo a AdC concedido um prazo adicional de 3 dias
2336 úteis para que a Requerente, querendo, se pronunciasse, sobre os Compromissos
2337 propostos pela LNE (fls. 12117-12181 e fls. 12792-12793).

2338 Acresce que, durante o procedimento administrativo, a EIN solicitou, por várias
2339 vezes, o acesso ao e o envio de cópias, o que foi sendo sempre deferido pela AdC,
2340 acedendo, pois, ao procedimento administrativo - *vide* fls. 3034-3041 (28.04.2023);
2341 3053-3054 (09.05.2023); 3333-3365 (30.05.2023); 3365-3366 (30.05.2023); 3636-
2342 3641(09.06.2023); 3816-3826 (20.06.2023); 3869-3880 (20.06.2023); 4020-4023
2343 (23.06.2023); 4078 (23.06.2023); 4079-4081(26.06.2023); 4346-4347+4351-4352
2344 (17.07.2023); 4411+4413-4414+4416- 4417+4419 (18.07.2023); 4433 (18.07.2023);
2345 4456 (18.07.2023); 5820 (25.07.2023); 5866 (27.07.2023); 5956-5957 (11.08.2023);
2346 6024 (14.08.2023); 6055-6056 (21.08.2023); 6084 (07.09.2023); 6092 (08.09.2023);
2347 7150-7152 (16.11.2023); 7825-7826 (22.12.2023); 8778-8781 (17.01.2024); 10129-



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria

2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

2348 10135 (14.02.2024); 11085-11093 (03.06.2024); 16301-16313 (13.11.2024); 16337-
2349 16361 (14-15.11.2024).

2350 Adicionalmente e como já mencionámos anteriormente, a EIN, na qualidade de
2351 contra-interessada, exerceu os seus direitos submetendo, por 3 vezes, observações
2352 (a título preliminar; mediante observações mais compreensivas; e observações
2353 dedicadas à eficácia dos compromissos adoptados na sequência da concentração
2354 Ccent. 38/2012, pronunciando-se quanto aos dois testes de mercado efectuados).

2355 Em face do exposto, não se vê como poderá proceder, nesta análise meramente
2356 sumária, a alegação da violação do direito a informação do princípio da colaboração
2357 com os particulares e do direito a informação, nomeadamente no acesso a
2358 informação.

2359 Adrede, importa referir que os mencionados direitos e princípios não são
2360 absolutos.

2361 O direito à informação, embora fundamental, não é absoluto. A CRP reconhece a
2362 importância da informação, mas também estabelece limites e restrições ao seu
2363 exercício, com o objectivo de proteger outros direitos e interesses constitucionalmente
2364 relevantes. A jurisprudência tem reiteradamente reafirmado que o direito à informação
2365 deve ser exercido dentro dos limites impostos pela lei e em respeito pelos direitos de
2366 outros cidadãos.

2367 As restrições ao direito de acesso visam impedir que o exercício do direito de
2368 acesso a documentos administrativos, nomeadamente, a documentos constantes de
2369 um procedimento de controlo de concentrações, como o que está em causa, constitua
2370 um modo de colher, junto da Administração, informações confidenciais, mormente,
2371 segredos de negócio, que são informações estratégicas respeitantes a interesses
2372 fundamentais, distorcendo, dessa forma, a própria concorrência que se pretende
2373 acautelar, ao invés, com o dito procedimento.



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria

2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

2374 Sumariamente analisados os autos, verificamos que no procedimento de
2375 confidencialização de informações sensíveis, a AdC não agiu de forma arbitrária,
2376 incluindo na parte que confidencializou o limite de utilização da MEO Arena pela LNE
2377 e R&B previsto nos compromissos.

2378 Antes desenvolveu todo um procedimento, tendente a observar uma metodologia
2379 transparente de identificação desses interesses e das informações que mereciam ser
2380 classificadas como confidenciais, fundamentando, de forma exaustiva, as suas
2381 decisões a propósito.

2382 Adrede, a Requerente tem conhecimento de que o limite de utilização do Meo
2383 Arena pela LNE e R&B é consideravelmente inferior aos 104 dias de sexta-feira e
2384 sábados num ano (se se considerassem vésperas de dias feriados o número seria
2385 superior a 104); e a AdC descartou a necessidade de densificar uma distribuição por
2386 dias da semana usando o facto de os concertos de digressões nem sempre passarem
2387 por Lisboa nos melhores dias da semana.

2388 A questão quanto à necessidade de confidencialização desse elemento, mostra-
2389 se devidamente explicada na decisão suspendenda, sendo que a Requerente parece
2390 pretender subverter a explicação que lá consta que nada tem que ver com a relação
2391 que existe entre o número de utilizações do pavilhão pela LNE e a R&B e o
2392 conhecimento desse número pela Requerente. Ele obviamente não varia.

2393 A AdC explicou nitidamente, de forma que julgamos coerente com regras de
2394 normalidade e de racionalidade económica, que o poder concorrencial de uma
2395 empresa é distinto se souber se tem outras empresas no mercado que podem ou não
2396 concorrer consigo. Saber que o dito “colosso” na indústria de espectáculos já não
2397 pode concorrer consigo em determinada situação conferiria à Requerente uma
2398 vantagem negocial que poderia desvirtuar as boas regras de mercado.



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria

2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

2399 Densificando. Nessa sede, a AdC fundamentou porque entendeu que os limites
2400 em causa não deveriam ser totalmente identificáveis, realizando a ponderação dos
2401 interesses que devia realizar como entidade administrativa independente, com função
2402 garantir a concorrência nos mercados.

2403 E esclareceu que, no seu juízo discricionário subjacente, a partir do momento
2404 que a LNE não pode concorrer pela promoção de mais espectáculos num
2405 determinado ano, a EIN, ou outro promotor qualquer, sabem que enfrentam menos
2406 concorrência para a promoção de novos espectáculos, e podem assim subir os seus
2407 lucros em potencial detrimento ou do consumidor ou dos artistas.

2408 Por exemplo, a AdC apurou que entre 2019 e 2022 apenas três promotores
2409 nacionais tinham promovido em Portugal as *tours* da LNE (parágrafo 112 da Decisão
2410 da AdC), pelo que o número de promotores que competem pelas *tours* da LNE será
2411 potencialmente mais reduzido.

2412 Mais fundamentou que a divulgação do limite pode ser prejudicial para o
2413 mercado e para os consumidores, mas a sua existência protege o regime de acesso
2414 de práticas de monopolização do acesso à Meo Arena e foi com esse objectivo que foi
2415 aceite pela AdC, como a mesma fundamentou nos parágrafos 448 a 450 da Decisão
2416 suspendenda.

2417 Face ao exposto, consideramos não ser provável que, na acção principal, essa
2418 argumentação jurídica e factual da Requerente possa ter acolhimento, sendo
2419 verificado antes que o direito à informação que assiste à Requerente, nos termos do
2420 quadro legal aplicável, foi integralmente assegurado ao longo de todo o procedimento
2421 administrativo.

2422 **c) A Requerente defende existir um erro grosseiro de análise por parte da AdC**
2423 **na avaliação da adequação e suficiência das condições e obrigações impostas à**
2424 **Notificante, o que afecta irremediavelmente o pressuposto de direito em que assenta**



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria

2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

2425 **a decisão de não-oposição à operação de concentração, o que implica a invalidade da**
2426 **decisão suspendenda, segundo o artigo 53.º, n.º 1, al. a), do RJC.**

2427 Antes de mais, importa não perder de vista que a acção principal é uma acção
2428 de impugnação de acto administrativo.

2429 O acto administrativo em causa é uma decisão da AdC de não oposição a uma
2430 operação de concentração, com imposição de obrigações/compromissos, tomada ao
2431 abrigo do disposto na al. a) do n.º 1 do artigo 53.º do RJC e da al. a) do n.º 3 do artigo
2432 6.º dos Estatutos da Autoridade da Concorrência, aprovados pelo Decreto-Lei n.º
2433 125/2014, de 18 de Agosto, com fundamento na al. f) do artigo 81.º e da al. a) do
2434 artigo 99.º da CRP.

2435 Por isso importa não perder de vista a natureza do acto impugnado e os
2436 poderes jurisdicionais que competem ao tribunal, na acção principal, na pronúncia
2437 acerca da decisão que já foi impugnada e cuja eficácia aqui se pretende suspender.

2438 Desde logo, quanto à natureza do exercício da actividade administrativa
2439 subjacente à relação material controvertida, temos de concluir que a AdC actuou ao
2440 abrigo de discricionariedade legal.

2441 Importa chamar à colação o facto do alargamento dos poderes de pronúncia do
2442 tribunal no âmbito do contencioso administrativo, decorrente da possibilidade de
2443 inclusive emitir pronúncia de condenação dirigida à autoridade administrativa (*vide*
2444 artigo 66.º do CPTA), não veio alterar o perfil de controlo da legalidade dos actos da
2445 Administração pelos tribunais administrativos, que continua a reger-se pelo princípio
2446 da separação de poderes.

2447 Desta feita, mostra-se crucial que a pretensão da aqui Requerente se refira a
2448 um aspecto vinculado do acto administrativo, ou, pelo menos, que a apreciação do
2449 caso concreto permita ao tribunal identificar apenas uma solução como legalmente
2450 possível (*“redução da discricionariedade a zero”*) - *vide*, neste sentido, acórdão do



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria

2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

2451 Supremo Tribunal de Justiça, processo n.º 45/20.4YFLSB, datado de 27-05-2021, in
2452 www.dgsi.pt e vide artigo 2.º do CPTA e artigo 111.º da CRP, que impõem o princípio
2453 da **reserva de discricionariedade da Administração**.

2454 Não obstante o exposto, também importa esclarecer que existem aspectos que,
2455 no exercício da actividade discricionária da administração, se mostram submetidos ao
2456 controlo judicial. Porém, apenas as questões vinculadas dessa actividade
2457 discricionária ou os limites externos a qualquer actividade administrativa, tais como os
2458 princípios a que a mesma deve obedecer, são sindicáveis judicialmente.

2459 Conforme refere, de forma bastante plástica, o acórdão do Supremo Tribunal
2460 de Justiça, processo n.º 45/20.4YFLSB, datado de 27-05-2021, in www.dgsi.pt. “**tudo o**
2461 **que nessa opção ou escolha só for confrontável com juízos de mérito, com regras de**
2462 **boa administração, com esta ou aquela arte ou técnica, escapa por natureza à função**
2463 **judicial, à iurisdictio – à qual compete (apenas) declarar e fixar o Direito para uma**
2464 **dada hipótese**”.

2465 Ora, no presente caso, a impugnação judicial acerca da decisão da AdC de não
2466 oposição a uma operação de concentração é uma impugnação de mera legalidade.

2467 Na verdade, o juízo valorativo realizado pela AdC centra-se na susceptibilidade
2468 dessa operação criar entraves significativos à concorrência efectiva no mercado
2469 nacional ou numa parte substancial deste (*vide* artigo 41.º do RJC), o que tem
2470 implícito critérios de discricionariedade técnica da AdC, os quais não são sindicáveis
2471 pelo TCRS, excepto nos casos acima mencionados, como instância de controlo e
2472 fiscalização da juridicidade da decisão, limitados à “**verificação da veracidade,**
2473 **fiabilidade, pertinência, suficiência, correcção e coerência dos dados e elementos**
2474 **considerados nessas decisões**” (*vide* acórdão do STJ de 22-02-2017, proc. 8/15.1YQSTR.L1, in
2475 www.dgsi.pt).

2476 Assim, ao TCRS não é legalmente legítimo realizar uma análise que possa cair



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria

2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

2477 na apreciação do mérito da decisão impugnada, sob pena de violação do princípio da
2478 separação de poderes, a qual se limitará ao exercício de testes de jurisdição, não
2479 se imiscuindo nos juízos de probabilidade e de prognose segundo cenários hipotéticos
2480 formulados pela AdC, no âmbito dos poderes discricionários em causa.

2481 A Requerente defende, nesta sede, que existe um erro grosseiro da AdC na
2482 avaliação da suficiência dos compromissos, que não poderiam ser aceites à luz dos
2483 ditames legais, criando assim um pressuposto do seu sentido de decisão que se
2484 mostra viciado por erro e conduzindo-a à prolação de uma decisão de não-oposição
2485 condicionada quando, sem o erro, o sentido de decisão deveria ter sido o da
2486 proibição.

2487 Com todo o respeito, o que se verifica é que a Requerente discorda quer da
2488 não oposição à operação de concentração, quer dos Compromissos que foram
2489 determinados pela AdC, sem que a mera discordância tenha o condão de levar a uma
2490 segunda pronúncia por parte do tribunal, sob pena de se imiscuir numa área de
2491 actuação reservada à AdC e que tem que ver, precisamente, com a **reserva de**
2492 **discricionabilidade da Administração.**

2493 Mas vejamos de forma mais próxima.

2494 Defende a Requerente que a AdC violou as suas próprias Linhas de Orientação
2495 em matéria de compromissos, a que se auto-vinculou, porquanto optou por
2496 compromissos de natureza unicamente comportamental, quando refere naquele
2497 documento que se deve dar preferência a compromissos de natureza estrutural.

2498 Ora, analisadas aquelas Linhas de Orientação que se mostram publicadas no
2499 sitio electrónico da Requerida (*vide supra*), verificamos que, de facto, a AdC
2500 contempla a possibilidade de existirem compromissos de uma como de outra
2501 natureza, mas que se deverá dar preferência aos compromissos de natureza
2502 estrutural.



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria

2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

2503 Porém, as mesmas Linhas de Orientação também referem que “*a análise e*
2504 *ponderação efectuadas pela AdC são sempre casuísticas, devendo atender-se às*
2505 *especificidades de cada operação, sendo as orientações genéricas constantes das*
2506 *presentes Linhas de Orientação aplicadas atendendo a essas especificidades.*”

2507 No mesmo sentido, também é referido que “*não obstante, reitera-se que a*
2508 *selecção do tipo de compromissos é sempre feita numa base casuística, tendo em*
2509 *conta os princípios normativos (...) de eficácia, eficiência e proporcionalidade, assim*
2510 *como os vários tipos de riscos associados aos diferentes tipos de compromissos.*”

2511 Ora, analisada sumariamente a decisão suspendenda, verificamos que a AdC
2512 seguiu precisamente as Linhas de Orientação em apreço, realizando um exercício
2513 casuístico, sob o ponto de vista dos princípios da eficácia, eficiência e
2514 proporcionalidade, fundamentando a sua escolha.

2515 Ademais, de acordo com as Linhas de Orientação citadas, é referido que
2516 “*contrariamente aos compromissos estruturais, os quais actuam directamente sobre a*
2517 *estrutura de mercado, os compromissos comportamentais propõem-se influenciar a*
2518 *conduta das empresas participantes no mercado e, em particular, das empresas*
2519 *participantes na operação de concentração, actuando ao nível da capacidade e dos*
2520 *incentivos destas empresas, nomeadamente com o objectivo de promover as*
2521 *condições de contestabilidade dos mercados.*”

2522 Verificamos, pois, que a decisão suspendenda, mediante os compromissos que
2523 impôs, teve em vista regular a capacidade e os incentivos da Notificante para executar
2524 práticas que coloquem em risco as condições de contestabilidade dos mercados.

2525 Adrede, como refere a AdC, em oposição, em sede dos compromissos que
2526 visam promover as condições de contestabilidade dos mercados, incluem-se todo o
2527 tipo de medidas que criam ou reforçam a capacidade e o incentivo dos concorrentes
2528 na disputa de clientes às partes envolvidas na operação de concentração, tais como a



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria
2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

2529 imposição de limitações sobre o comportamento das partes na operação e medidas
2530 que reduzam o recurso a contratos de exclusividade ou contratos de longo prazo nas
2531 vendas das partes na operação de concentração.

2532 De acordo com as Linhas de Orientação citadas, podem ainda ser assumidos,
2533 pelas partes, entre outros, compromissos que consistam em não adoptar
2534 determinados comportamentos comerciais, como a venda de produtos (ou) serviços
2535 ligados ou em pacote. No caso concreto, por exemplo, a venda de produtos ou
2536 serviços ligados poderia corresponder à imposição, aos promotores de eventos, da
2537 obrigação de utilizar o operador de *ticketing* da Notificante sempre que estes
2538 recorressem à MEO Arena.

2539 E ainda no âmbito dos compromissos comportamentais pode estar incluída a
2540 obrigação de “*conceder acesso, reportando-se esta concessão, a: (a) infraestruturas*”,
2541 como é o caso da maior sala espectáculos do país, a MEO Arena.

2542 Nestes casos, “*o acesso de terceiros deve ser efectuado numa base*
2543 *transparente e não discriminatória, sobretudo em caso de identificação de problemas*
2544 *de natureza vertical*”, o que também se verifica no caso em apreço, segundo uma
2545 análise perfunctória.

2546 As mesmas Linhas de Orientação estabelecem que a AdC pode “*muito*
2547 *excepcionalmente aceitar compromissos comportamentais que intervém directamente*
2548 *no comportamento das partes, designadamente ao nível dos preços (inter alia,*
2549 *quantidade oferecida ou capacidade de produção), qualidade ou variedade de*
2550 *produtos, visando, desta forma, limitar os efeitos adversos expectáveis da operação*
2551 *de concentração*”, sendo que este tipo de compromissos pode ser admitido,
2552 nomeadamente, “*quando a aplicação de compromissos estruturais ou de outro tipo de*
2553 *compromissos comportamentais é claramente desproporcional, face ao tipo e duração*
2554 *dos problemas de natureza jus-concorrencial que foram identificados*”.



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria

2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

2555 Ora, não conseguimos, nesta análise preliminar, aceitar que se possa dizer que
2556 a AdC violou aquelas Linhas de Orientação, ao adoptar compromissos
2557 comportamentais, quando a realidade anterior vem agregada a mais de 10 anos de
2558 Compromissos comportamentais em relação ao mesmo MEO Arena, no contexto da
2559 sua privatização, no decurso do processo Ccent. 38/2012 (Compromissos 2012).

2560 Nessa sede, as questões *jus concorrenciais* identificadas eram em tudo
2561 semelhantes àquelas que se identificaram neste procedimento Ccent. 17/2023,
2562 relacionadas com o favorecimento dos promotores de espectáculos accionistas, face
2563 aos promotores terceiros.

2564 Assim, não é a primeira vez que a AdC adopta decisões com compromissos
2565 comportamentais em questões verticais no acesso a infra-estruturas em regime de
2566 monopólio (e mesmo que fosse a primeira vez, como é obvio, tal não a impediria de consagrar
2567 compromissos comportamentais, em face da situação concreta que tivesse em mãos para analisar),
2568 não se vislumbrando qualquer belisque na autovinculação da AdC às suas Linhas
2569 Orientadoras na matéria.

2570 Não competirá ao tribunal, em sede da acção principal, escrutinar os critérios
2571 discricionários adoptados pela AdC quando determinou os compromissos que
2572 determinou, pelos motivos já identificados, sendo absolutamente inequívoco que, ao
2573 apreciar os Compromissos, a AdC analisou, como devia, não tanto a “*natureza do*
2574 *compromisso, mas na sua eficácia, na sua eficiência e na sua proporcionalidade, bem*
2575 *como na mitigação de eventuais riscos, tendo presente as preocupações*
2576 *jusconcorrenciais identificadas, sublinhando-se que a avaliação do impacto dos*
2577 *compromissos é feita, necessariamente, a partir de uma análise prospectiva*” (vide
2578 ponto 421 da decisão).

2579 A Requerente também esgrime, nesta sede, que a idoneidade da LNE para
2580 cumprir os Compromissos é muito diminuta.



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria

2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

2581 A capacidade de uma empresa para cumprir determinadas obrigações é uma
2582 avaliação que compete à AdC, no exercício dos seus poderes discricionários. A AdC
2583 ponderou os elementos que lhe foram trazidos ao procedimento administrativo pela
2584 aqui Requerente e concluiu não tanto numa perspectiva de idoneidade, mas antes
2585 numa perspectiva de capacidade das medidas adoptadas de incentivar a Notificante a
2586 cumpri-los e numa perspectiva de eficácia das medidas adoptadas em face da
2587 possibilidade de contorno dos mesmos, medidas essas avaliadas segundo os riscos
2588 apurados.

2589 A análise que a AdC realizou aparenta, nesta sede, ser realizada de forma
2590 objectiva, sem recurso a pré-juízos. Ora, o que aqui verificamos existir é uma mera
2591 discordância da Requerente quanto ao juízo emitido pela AdC acerca da suficiência e
2592 eficácia dos Compromissos adoptados. Porém, frisamos que tratando-se de um juízo
2593 discricionário da AdC, não existe uma probabilidade de, em sede da acção principal, o
2594 tribunal poder invalidar o acto com base noutra juízo judiciário discricionário a
2595 formular, na medida em que a isso se mostra impedido.

2596 Quanto ao argumento da Requerente de que existe um défice de instrução por
2597 parte da AdC, por não considerar elementos relacionados com processos do DOJ dos
2598 EUA que conduzem a concluir pela falta idoneidade da LNE, consideramos que a
2599 Requerente poderá estar a considerar que existe erro sobre os pressupostos de facto,
2600 que se traduz na divergência entre os factos que a entidade administrativa teve em
2601 conta para decidir como decidiu e a sua real ocorrência.

2602 Porém, na decisão administrativa nunca é dado como assente que a LNE é uma
2603 entidade que não apresenta riscos de incumprimento. Ao contrário, são identificados
2604 riscos concretos e são adoptados Compromissos que visam dominar ou superar
2605 esses riscos, pelo que sumariamente, não se pode assumir existir de forma
2606 presumível um erro sobre os pressupostos de facto.



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria

2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

2607 Veja-se que dos elementos respeitantes ao DOJ são identificados
2608 comportamentos que são consistentes com os riscos precisamente identificados na
2609 decisão suspendenda, no sentido da exclusão de concorrentes no acesso à
2610 infraestrutura do MEO Arena; e da promoção dos artistas que queiram utilizar a MEO
2611 Arena.

2612 Tendo em vista esses riscos, a AdC apenas admitiu a operação de concentração
2613 em causa mediante a adopção de (novos) Compromissos, que incluem a nomeação
2614 de um mandatário independente para dissuadir o incumprimento dos ditos
2615 compromissos, cuja diligência e qualificação nunca foram colocadas em causa pela
2616 Requerente e que inclui também consequências gravosas em caso de incumprimento
2617 (como ineficácia de actos realizados e um sistema de reversão da decisão).

2618 Para além disso, não podemos deixar aqui de observar que o procedimento de
2619 controlo de concentrações é dirigido pela AdC tendo natureza essencialmente
2620 documental, não existindo a obrigatoriedade de realização de todas as diligências que
2621 os interessados a que alude o artigo 47.º do RJC entendam como alegadamente úteis,
2622 mas apenas daquelas que tenham relevo objectivo para a avaliação jusconcorrencial
2623 da operação de concentração que seja notificada, ou seja, que que razoavelmente se
2624 justifiquem. Com efeito, o procedimento deve ser perspectivado como preparatório de
2625 uma decisão que deve ponderar os elementos essenciais.

2626 Nessa avaliação importa essencialmente uma apreciação dos factores que são
2627 relevantes de acordo com o RJC, bitolados de acordo com critérios de
2628 discricionariedade técnica conferida à AdC, enquanto entidade pública que tem por
2629 missão assegurar a aplicação das regras de promoção e defesa da concorrência nos
2630 sectores privado, público, cooperativo e social, no respeito pelo princípio da economia
2631 de mercado e de livre concorrência, tendo em vista o funcionamento eficiente dos
2632 mercados, a afectação óptima dos recursos e os interesses dos consumidores, nos
2633 termos previstos na lei e nos seus estatutos (*vide* n.º 1 e 3 do artigo 1.º dos Estatutos da
2634 Autoridade da Concorrência, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 125/2014, de 18 de Agosto).



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria

2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

2635 Deste modo, esse exercício faz-se de acordo com valorações próprias da função
2636 administrativa, uma vez que cabe ao decisor administrativo ajuizar, perante o caso
2637 concreto, que diligências probatórias se mostram ou não necessárias e adequadas,
2638 nos termos também previstos no n.º 1 do artigo 115.º do CPA.

2639 A determinação, de quais as diligências necessárias e adequadas, implica, pois,
2640 uma decisão procedimental adoptada com margem de discricionariedade, pelo que só
2641 poderá ser julgada ilegal quando for manifesta essa oportunidade e necessidade.
2642 Somente assim pode o tribunal concluir que a decisão procedimental concorreu para
2643 uma decisão ilegal ou injusta.

2644 Ora, os elementos que a Requerente refere como demonstrativos da falta de
2645 idoneidade da LNE para cumprir os Compromissos foram ponderados pela AdC,
2646 dizendo que se tratavam de acusações sem julgamento.

2647 Para além disso, a Requerente, apesar de alegar um défice de instrução, não
2648 identificou, nem em sede procedimental nem em sede judicial, que outras diligências
2649 probatórias deveria a AdC realizar e não realizou e em que medida é que essas
2650 diligências instrutórias determinariam uma diversa convicção.

2651 Ao contrário, o tribunal é confrontado com toda uma panóplia de prova
2652 documental e pessoal (mediante reuniões), que não se cinge apenas a elementos
2653 trazidos pelas partes/interessadas na manutenção da decisão impugnada, que foi
2654 coligida no procedimento administrativo e que a AdC ponderou, em confronto
2655 dialéctico com a prova igualmente junta pela Requerente.

2656 Ora, para que a não realização de outras diligências (que, reforçamos, a Autora
2657 não identifica) se mostrasse contrária ao princípio do inquisitório, teria de ser
2658 inequívoca a relevância das mesmas para a tomada de uma decisão legal e justa.

2659 Só esse carácter inequívoco permitiria afirmar que houve uma decisão ilícita da
2660 administração, segundo o disposto no n.º 1 do artigo 116.º do CPA.



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria

2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

2661 Face ao exposto, somos a concluir que não é possível concluir, como pretende a
2662 Requerente, pela deficiente instrução que inquene a validade da decisão impugnada,
2663 considerando-se não existir uma probabilidade, neste juízo sumário que se realiza, de
2664 se estar perante uma decisão ilegal.

2665 **d) A Requerente esgrime que existe um défice de instrução decorrente da**
2666 **omissão de análise de uma denúncia apresentada.**

2667 A Requerente esgrime ainda que existiu, por parte da AdC, uma insuficiência na
2668 análise de denúncia apresentada, a qual teve por objecto a violação dos
2669 compromissos assumidos no âmbito proc. n.º Ccent. 2012/38.

2670 Ora, não esclarece a Requerente como é que a violação de compromissos
2671 assumidos noutro procedimento de controlo de concentração de empresas
2672 identificado como Ccent. 38/2012-Arena Atlântida/Pavilhão Atlântico*Atlântico S.A.
2673 (aquisição projectada pela Arena do controlo exclusivo do Pavilhão Atlântico e da
2674 Atlântico) pode contender com a bondade dos novos compromissos assumidos noutro
2675 procedimento de controlo de concentração de empresas e contender com a
2676 possibilidade do mesmo incumprimento se verificar nesse novo procedimento
2677 administrativo.

2678 Acresce que, ainda que pudessem existir tais implicações, não é correcto
2679 afirmar, nesta análise sucinta que aqui é imposta, que a AdC não analisou
2680 devidamente a denúncia apresentada. Não só analisou como coligiu elementos de
2681 prova com vista a verificar a situação, culminando com a seguinte conclusão:

2682 *“No âmbito desse procedimento, a AdC obteve informação de facturação*
2683 *abrangendo os últimos 5 anos, coligidos em base de dados. A análise a essa base de*
2684 *dados permitiu constatar que a prática de cobrar um valor pela reserva, tipicamente*
2685 *correspondente a 20% do total, podendo nalguns casos ser inferior, é uma prática*
2686 *normal da Arena Atlântico e que se aplica a todos os promotores, indiferentemente do*



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria

2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

2687 *operador de ticketing que os mesmos seleccionem. Na análise efectuada*
2688 *identificaram-se ainda situações excepcionais e pontuais, correspondentes a [0-5]%*
2689 *dos eventos identificados na base de dados analisada pela AdC, em que o pagamento*
2690 *foi realizado pela totalidade e próximo da data do evento. Para cada uma dessas*
2691 *situações, a AdC solicitou à Arena Atlântico uma justificação para não ter havido um*
2692 *pagamento antecipado pela reserva. Das explicações recebidas, apura-se que*
2693 *estariam em causa eventos de beneficência, eventos agendados com reduzida*
2694 *antecedência, ou outras razões, parte das quais relacionadas com o contexto do*
2695 *período da pandemia, não tendo a AdC apurado ser o critério diferenciador para o não*
2696 *pagamento da reserva o facto de os promotores utilizarem os serviços de ticketing da*
2697 *Blueticket. A AdC analisou ainda, em concreto, todos os eventos identificados na*
2698 *denúncia, não tendo obtido conclusões diferentes das apresentadas nos parágrafos*
2699 *anteriores”.*

2700 Não se vislumbra perfunctoriamente o cometimento de qualquer ilegalidade por
2701 parte da AdC, nem a existência de qualquer erro sobre os pressupostos de facto
2702 também nesta sede.

2703 **e) Por fim, também defende que existem falhas graves na fundamentação da**
2704 **decisão suspendenda, em violação do dever de fundamental inscrito nos artigos 152.º**
2705 **e 153.º CPA.**

2706 Para além de uma renovada discordância da Requerente quanto à posição da
2707 AdC, em face da explicação transcrita, prestada pela AdC, também não se verifica
2708 qualquer deficiência na fundamentação da sua Decisão.

2709 Lida e relida a decisão suspendenda, aquilo que observamos é um extremo
2710 cuidado por parte da AdC em analisar todos os argumentos trazidos ao procedimento
2711 administrativo, incluindo os argumentos da própria Requerente, existindo um discurso
2712 que é absolutamente perceptível e explicativo dos motivos que levaram a AdC a
2713 decidir como decidiu, não existindo falhas de coerência ou inconsistências evidentes.



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria

2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

2714 Discordâncias por parte de Contra-Interessados em relação às decisões das
2715 autoridades administrativas não implicam a falta de fundamentação destas últimas.

2716 Em face do que fica exposto, consideramos como igualmente não verificado o
2717 requisito do *fumus boni iuris*.

2718 *

2719 Pelos motivos expostos e considerando não existir necessidade de outras
2720 considerações, ficando prejudicados outros argumentos suscitados pelas partes,
2721 incluindo a questão do requisito negativo a que alude o n.º 2 do artigo 120.º do CPTA,
2722 improcede o pedido da Requerente.

2723 *

2724 **VI – Decisão:**

2725 Assim sendo e face ao exposto, julgo totalmente improcedente a presente
2726 providência cautelar de suspensão de eficácia da Decisão de não oposição com
2727 condições e obrigações da AdC proferida no procedimento de controlo de
2728 concentrações Ccent. 17/2023, de 19 de Novembro de 2024 intentada pela
2729 Requerente EVERYTHING IS NEW, LDA. e, em consequência, absolvo a Requerida
2730 AUTORIDADE DA CONCORRÊNCIA do pedido contra si deduzido nestes autos.

2731

2732 **Valor da causa:** € 30.000,01 (trinta mil euros e um centimo) - n.º 2 do artigo
2733 34.º, do CPTA.

2734 **Custas a cargo da Requerente EVERYTHING IS NEW, LDA,** a atender, a final,
2735 na acção respectiva - n.º 1 e 2 do artigo 539.º do CPC, ex vi do artigo 1.º do CPTA e
2736 artigo 189.º do CPTA



Santarém - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria

2005-345 Santarém

Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Procedimento Cautelar (CPC2013)

2737 Registe e notifique

2738 *Processei e revi*

2739 *Santarém, data e assinatura certificadas electronicamente*

2740 *(19.06.2025 - feriado)*